

# Diário do Legislativo de 23/02/2007

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

1 - ORDEM DO DIA

1.1 - Comissão

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

## ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 28/2/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

"MENSAGEM GOVERNAMENTAL"

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Em cumprimento ao que determina o artigo 90, parágrafo X, da Constituição do Estado de Minas Gerais, tenho a honra de encaminhar a essa egrégia Assembléia Legislativa, na abertura da sessão legislativa ordinária, esta mensagem. Neste momento de renovação da Casa, aproveito a oportunidade para expressar profundos agradecimentos à Legislatura que nos proporcionou profícuo convívio e, ao mesmo tempo, parabenizar e oferecer pleno apoio aos deputados que participarão da construção do futuro de Minas neste quadriênio que se inicia.

Quando iniciamos o governo em 2003 reorganizamos a máquina administrativa, passo fundamental para o desejado salto de qualidade dos serviços sob a responsabilidade do Estado. As medidas tomadas são hoje reconhecidas como referência de boa gestão no Brasil. Durante os quatro anos trabalhamos com coragem para conquistar uma nova realidade para Minas Gerais. Com o "Choque de Gestão" conseguimos equilibrar as receitas e despesas, alcançando o déficit zero, missão difícil, uma vez que partíamos de um déficit acumulado em mais de uma década; e o equilíbrio fiscal é condição para que o poder público possa realizar os investimentos necessários e prestar serviços adequados nas diversas áreas.

Os últimos quatro anos também foram de conquistas para o servidor público estadual. Os pagamentos estão sendo realizados em dia e o 13º salário recebido no início de dezembro. A implementação do processo de avaliação de desempenho individual foi uma das primeiras ações e, hoje, está presente nos 61 órgãos, avaliando 95 mil servidores. Foi implantado o Plano de Carreira do Servidor Público Estadual. A publicação de 16 leis sobre os novos planos de carreiras transformou 893 classes de cargos em 128 carreiras, reduzindo 36.216 cargos, o que gerou uma economia de mais de R\$ 27 milhões.

Em 2006 realizamos 97% do orçamento dos investimentos autorizados, com recursos próprios, enquanto a média brasileira não chegou a 50%. Os investimentos, com recursos provenientes de fontes ordinárias, subiram de R\$ 283 milhões em 2003 para R\$ 1,5 bilhão em 2006. Não obstante, o investimento global, contemplando todas as fontes de recursos, foi da ordem de R\$ 2,7 bilhões, distribuídos em todos os setores da administração, recursos estes que se multiplicaram nesses quatro anos. A aplicação de recursos na área de saúde e saneamento cresceu de R\$ 330 milhões para R\$ 775 milhões; na educação, de R\$ 56 milhões para R\$ 227 milhões; na segurança, de R\$ 29 milhões para R\$ 247 milhões; nos transportes, de R\$ 259 milhões para R\$ 712 milhões.

Resultados significativos no campo social foram alcançados na área da saúde, por intermédio do Pro-Hosp (Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS) quando o Estado reformou 124 hospitais e proporcionou a capacitação de seus profissionais. O Pro-Hosp garantiu recursos adicionais aos principais hospitais do Estado, estabelecendo metas de melhor atendimento à população e fortalecendo as ações de humanização da assistência à saúde. Os resultados dos investimentos nos diversos programas implementados pela saúde já podem ser percebidos: de 2002 a 2006, houve redução da mortalidade infantil em 15,4%, da mortalidade materna em 21,2%, ampliação da cobertura do Programa de Saúde da Família em 36%, déficit zero de UTI neonatal e diminuição em 17,8% nas internações por condições sensíveis à atenção ambulatorial.

Foram aplicados, de 2003 a 2006, R\$ 25,13 milhões na rede materno-infantil, por meio do Programa Viva Vida, com implantação dos centros Viva Vida de Santo Antônio do Monte e Itabirito e a capacitação de profissionais da área da saúde. Outro programa que trouxe grande impacto na área de saúde foi o Farmácia de Minas, que distribui remédios e produz medicamentos básicos para o Programa Saúde da Família. Os avanços apontam para uma ampliação significativa do valor per capita estadual, que passou de R\$ 0,50 para R\$ 3,00, e no número de medicamentos produzidos, de 40 para 75 produtos, entre 2004 e 2006. Por meio do Programa Saúde em Casa, as 3.464 equipes de saúde família já conseguem um índice de cobertura de 61% da demanda em 808 municípios, números superiores aos de 2002, quando o Programa atingia 45% em 517 municípios. Além disso, o governo investiu entre 2003 e 2006 na aquisição de novos veículos de urgência e emergência, com distribuição de 961 ambulâncias de suporte básico e 60 de suporte avançado, reduzindo, assim, as distâncias de atendimento ao usuário do SUS. Para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foram destinados R\$ 14,7 milhões, entre 2003 e 2006, beneficiando 15 municípios mineiros.

Os centros hospitalares João XXIII e o antigo Cardiominas estão recebendo melhorias que levarão assistência humanizada a usuários e adequadas condições de trabalho para os profissionais da saúde. Como resultado do Programa de Educação Permanente (PEP), voltado para os profissionais do Programa Saúde da Família (PSF), médicos estão se qualificando para melhorar ainda mais o atendimento aos usuários do SUS. Mais de 561 municípios já receberam repasses, em torno de R\$ 192 milhões, no período de 2002 a 2006, para diversas ações, como a construção de unidades básicas de saúde, compra de equipamentos e veículos, treinamento de profissionais, entre outros. Foram entregues 860 carros para as equipes de PSF em todo o estado. Com a reestruturação do PSF as internações hospitalares por condições sensíveis à atenção ambulatorial caíram de 38,8% para 33,3% entre 2002 e 2005. Aproximadamente 94,7% dos municípios contam com PSF implantados e 568 Unidades Básicas de Saúde (UBS) foram contempladas com recursos para reforma, ampliação, construção, aquisição de equipamentos e treinamentos.

Na área da educação, o Estado de Minas Gerais foi pioneiro ao adotar o ensino fundamental de nove anos e distribuir gratuitamente livros didáticos para toda a rede pública estadual em 2005. Cerca de 100 mil crianças com até seis anos de idade ingressaram na escola a cada ano, entre 2004 e 2006. Tais medidas foram aprovadas por pais e professores. Com a política de universalização da educação, a melhoria do ensino médio também já é realidade em Minas. Hoje, todos os alunos que concluem a oitava série na escola pública têm vaga garantida para o ensino médio e, para atender esta demanda, foram criadas 110 mil vagas, mediante construção de escolas e ampliação de prédios já existentes, elaboração de novas propostas curriculares, além da informatização e implantação de conexões à internet.

Alunos da rede estadual também tiveram acesso a importantes projetos, como o "Escola Viva, Comunidade Ativa", que têm como objetivo integrar a escola à comunidade nas áreas de risco social. O programa garante ainda o funcionamento de muitas escolas nos fins de semana, com atividades esportivas e culturais. Também os investimentos em transporte escolar estão sendo ampliados cada vez mais. Só em 2006 a Secretaria de Estado de Educação destinou R\$ 42,7 milhões para aquisição 822 veículos, sendo 78 microônibus e 744 vans, para atender a 592 municípios mineiros, beneficiando 200 mil alunos matriculados no ensino fundamental.

Com a execução de programas como o projeto de Capacitação para Gestores Escolares (Progestão), diretores, vice-diretores, professores e especialistas em educação ampliam a qualificação, melhorando o ensino nas escolas estaduais de Minas, no ensino fundamental e médio. Criado em 2004, o Centro de Referência Virtual do Professor (CRV), parte do Programa Escolas em Rede, é um portal educacional que oferece aos profissionais da educação um sistema de apoio a atividades docentes baseado nas modernas tecnologias de comunicação e informação. Para a implantação desse programa foram adquiridos em torno de 24 mil computadores, para atender a mais de 2.400 escolas, beneficiando todos os 853 municípios mineiros. Os investimentos, no período de 2004 a 2006, superaram os R\$ 25 milhões.

Na área de segurança pública conseguiu-se conter a grave onda de violência dos últimos anos e estão em queda os principais indicadores de criminalidade violenta nas diversas regiões do Estado. Ações relevantes estão sendo implantadas para melhoria da segurança pública em Minas Gerais, como o pioneiro Sistema Integrado de Gestão de Segurança Pública (Igesp), que permitirá, além da integração entre todas as forças policiais do Estado, a fiscalização e transparência de todo o processo de preservação dos direitos do cidadão. Esse sistema de inteligência, baseado no banco de dados e mapeamento geostatístico, proporcionará uma radiografia da criminalidade na área atendida por cada delegacia.

O programa Fica Vivo, voltado para jovens de 12 a 24 anos em situação de risco social e residentes nas áreas com maior índice de criminalidade do Estado, tem contribuído muito para a redução dos índices de criminalidade. Este programa já recebeu um prêmio internacional concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU) às mais eficientes práticas para a melhoria do ambiente da vida. O programa atende a mais de 10 mil jovens em 370 oficinas de esporte, cultura, inclusão produtiva e comunicação. Só em 2006, cerca de 300 jovens foram capacitados para o mercado de trabalho.

Projetos de apoio à criança e adolescente foram aprovados e financiados por intermédio do Programa Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, durante a implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Graças ao programa de Inclusão Digital foram inaugurados 45 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) e 186 Telecentros, beneficiando principalmente os jovens das regiões norte e nordeste de Minas. Ações que compõem a Política Pública de Trabalho e Renda foram priorizadas para permitir o acesso ao primeiro emprego, com a implantação de 16 espaços de referência, os Centros Públicos de Promoção do Trabalho (CPPT), entre 2004 e 2006. Criado pelo governo do Estado e executado pela Emater/MG, o programa Minas Sem Fome já atendeu a mais de 467 mil famílias em 680 municípios mineiros, com projetos de produção e processamento de alimentos que estão proporcionando a milhares de famílias a oportunidade de alcançar a independência na conquista do próprio alimento. Em relação à habitação popular, por meio do programa Lares Geraes, a Cohab construiu 10.261 moradias para a população de baixa renda. Na eletrificação o programa "100% de Eletrificação Rural no Estado de Minas Gerais" atendeu, até o momento, 771 municípios, beneficiando 128.369 consumidores com o fornecimento de energia elétrica.

A agricultura mineira ganhou investimentos principalmente no setor sucroalcooleiro. Existem atualmente 49 projetos em implantação ou expansão que vão gerar mais de 56 mil empregos e colocarão Minas no segundo lugar no ranking dos estados produtores de açúcar e álcool. Programas importantes como o Minas Excelência permitiram a organização e estruturação do setor agrícola, atuando na logística, armazenamento e transporte, sempre em parceria com associações de produtores e cooperativas. Projetos específicos foram desenvolvidos para os principais produtos do agronegócio mineiro. Para o café, além de estimular o aumento do consumo e das exportações, foram instalados centros de excelência nas cidades de Machado, Patrocínio e Viçosa, e capacitados técnicos de diversos órgãos do Estado. O setor do leite teve

projeto específico com objetivo de modernizar a cadeia produtiva e estimular a industrialização. Só em 2006 foram investidos R\$ 80 milhões para a modernização do setor, além de R\$ 8 milhões para a distribuição de leite para 400 mil crianças nas escolas estaduais, creches e pré-escola.

Na área de Meio Ambiente, no âmbito do projeto estruturador Gestão Ambiental Minas Gerais Século XXI, com a ação "Minas sem Lixões", o número de municípios com destinação de resíduos sólidos cresceu de 72, em 2005, para 94 em 2006, e ampliou-se de 4,7 para 5,4 milhões a quantidade de pessoas atendidas para aterros sanitários ou usinas de triagem e compostagem de lixo. No projeto estruturador "Saneamento Básico: Mais Saúde Para Todos", foram investidos, só em 2006, R\$ 842,8 milhões, sendo R\$ 807,5 milhões aplicados na implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Das inúmeras realizações dos últimos quatro anos na área cultural merece destaque especial a instalação de uma biblioteca em cada um dos 853 municípios mineiros, pois mais de 160 municípios estavam desprovidos de uma biblioteca pública. Nessas bibliotecas o acervo inicial é de mil livros, entre dicionários, livros de prosa, literatura, poesia e ensaios, entre outros. Foi implantado também o Fundo Estadual da Cultura, atendendo demanda de décadas da área cultural. O Fundo destinou, em 2006, R\$ 10,4 milhões, sendo executados R\$ 4,6 milhões. Para 2007, estão previstos mais R\$ 5 milhões para projetos culturais.

Na área de turismo, o projeto estruturador Estrada Real é considerado o maior programa turístico em desenvolvimento no Brasil. O programa vem consolidando os circuitos turísticos em municípios com afinidades culturais, sociais e econômicas de maneira sustentável. Atualmente, são 55 circuitos turísticos que abrangem 663 municípios mineiros, devidamente certificados pelo Governo. Cabe ressaltar que, através do programa ProMG Estrada Real, 219 km de rodovias foram recuperados na área de abrangência do projeto, com recursos provenientes de operação de crédito com o Banco Mundial.

Nestes anos de governo, dois assuntos também receberam um tratamento especial, pela relevância que adquiriram: os investimentos em infraestrutura e a recuperação econômica de Minas.

No que tange a infra-estrutura, o programa Estadual de Pavimentação e Acessos Rodoviários aos Municípios (Processo) já concluiu 53 trechos e tem mais 32 em obras em andamento, com investimentos de R\$ 575 milhões desde seu lançamento em 2004. As obras da Linha Verde, que incluem intervenções nas avenidas dos Andradas, Cristiano Machado e na rodovia MG-10, beneficiarão diretamente 3,5 milhões de habitantes em cem bairros.

A transferência dos vôos do Aeroporto da Pampulha para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves incrementou não apenas este último, mas todo o entorno. Neste período duas grandes empresas já se instalaram na região, várias outras anunciaram investimentos, e encontra-se em plena operação o Centro de Manutenção de Aeronaves da GOL.

No setor energético houve importantes realizações no que diz respeito à oferta de gás. O projeto estruturador Oferta de Gás Natural beneficiou diretamente 30 municípios, com 300 km de rede de distribuição de gás natural com média de consumo mensal de 195.450 m<sup>3</sup>/dia. O projeto Energia Elétrica para o Noroeste Mineiro atingiu todas as suas metas e implantou uma rede integrada de subtransmissão e distribuição, com a construção de 1.147 Km de rede de distribuição de energia elétrica em média tensão, ampliação de três subestações existentes e construção de mais três subestações, permitindo a ligação de 23 mil novos produtores rurais, disponibilizando infra-estrutura essencial ao crescimento econômico da região noroeste.

No âmbito do programa Empresa Mineira Competitiva, o Facilita Minas criou postos de atendimento ao público em 13 municípios, com o objetivo de simplificar para os empreendedores locais os processos de abertura de empresa. A pesquisa "Doing Business no Brasil 2006", realizada pelo Banco Mundial, apontou Minas Gerais como o estado brasileiro com menor tempo necessário para abertura de uma empresa, 19 dias. O resultado é fruto do Minas Fácil, serviço que foi citado pelo Banco Mundial como exemplo de "melhor prática" a ser partilhada com os demais estados. Ainda mediante aplicações dos fundos estaduais de fomento econômico o Governo destinou R\$ 605 milhões em 2006 para atração, expansão e modernização do parque produtivo estadual.

Estas ações contribuíram para a expansão econômica de Minas. Nos últimos anos, a produção estadual vem apresentando consecutivos crescimentos acima da média brasileira. Minas Gerais é a terceira maior economia do Brasil e o Estado é responsável por 9,4% das riquezas geradas no País, ficando atrás apenas de São Paulo (30,9%) e Rio de Janeiro (12,6%). Enquanto o PIB brasileiro cresceu em 2,3% até o terceiro trimestre de 2006 em relação ao mesmo período do ano passado, o mineiro registrou aumento de 3,2%. Soma-se a isto o fato de, em 2005, o PIB de Minas Gerais ter crescido o dobro da média nacional, 4,7% contra 2,3%.

Senhoras e Senhores Deputados, este breve registro das realizações do Governo de Minas demonstra que estamos no caminho certo. Olhando para o futuro, enxergo novos desafios. Temos, portanto, que estar à altura das melhores esperanças de nossa gente, lembrando sempre que o atual momento do estado permite maiores avanços do que nos primeiros quatro anos de governo, mas que a responsabilidade fiscal é uma conquista permanente da sociedade. Resultados mais emblemáticos que os alcançados até aqui não serão viáveis sem a preciosa colaboração dos demais Poderes, em especial da Assembléia Legislativa. Desta forma, juntemos nossas forças para fazer jus às expectativas do nosso povo e tornar Minas mais justa, mais forte e cada vez melhor.

Aécio Neves da Cunha, Governador do Estado de Minas Gerais."

\* - Esta mensagem governamental, publicada nesta edição de acordo com o texto original, foi lida na Reunião Preparatória de 1º/2/2007, publicada na edição de 2/2/2007.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos proferidos em 13/2/2007

O Deputado Dinis Pinheiro\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores; petrificada, estupefata, indignada, constrangida e triste encontra-se a Nação, e com ela os brasileiros. O horizonte sombrio corrói as forças, retira a voz, frustra as expectativas. O tecido social encontra-se esgarçado. Atônitos e incrédulos, relutamos em acreditar. Tamanha cruzeza, ilustre Deputado Dalmo. "Foi a pior coisa que vi na vida", relata o Delegado Hércules Pires Nascimento.

Referimo-nos, Sr. Presidente, à tragédia ocorrida quarta-feira no Rio de Janeiro, onde um garoto de 6 anos foi arrastado por um carro durante 15 minutos, espalhando rastros de carne humana por 14 ruas, num total de 7km. A imagem do que sobrava do garoto, com os ossos

penetrando o corpo sem a cabeça, lembrava um varal. Envolvidos no bárbaro crime, foram presos quatro jovens, um deles com 16 anos.

Deputado Sargento Rodrigues, o articulista da "Folha de S. Paulo", Gilberto Dimenstein, é enfático: (- Lê:) "pela crueza das imagens, não é necessário traduzir o que vimos no Rio. É das piores cenas que já testemunhamos de banalização da vida - e leva-nos a ter vontade de banalizar ainda mais a vida, fazendo justiça com as próprias mãos". Em outra passagem, no mesmo artigo do jornal "Folha de S. Paulo", intitulado "Quarta-feira de Cinzas", ressalta: (-Lê:) "Sentir ódio daqueles criminosos arrastando a criança faria de fato a diferença se fosse acompanhado do ódio as circunstâncias que contribuíram com aquela barbárie, como a fragilidade educacional, a má gestão de programas sociais e o baixo crescimento econômico provocado por incompetência". O episódio colocou a vida, bem maior do ser humano, sem nenhum valor.

Nossa fala, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, trilhará a linha da indignação, da tristeza, e raiará à quase desesperança, Deputado Carlin, mas não se furtará à discussão acalorada, ardorosa e forte em prol de alternativas. Palavras não conseguem expressar nem tampouco reaver a vida, quiçá sejam alvissareiras de novos rumos, novos caminhos, ações imediatas que nos transformem e que edifiquem uma sociedade que possa ser intitulada realmente humana.

Entre as ações alardeadas, que não podem ser vistas fora do conjunto, está a relacionada à diminuição da faixa penal, Deputado Getúlio. Alguns criminalistas, muitos brasileiros, advogam a redução de 18 para 16, e outros para 14 anos. Alguns são partidários da ampliação do tempo de 3 para 10 anos, por exemplo, das medidas socioeducativas. Somente no Rio de Janeiro, segundo o Juizado da Infância, há cerca de 5 mil jovens infratores acusados principalmente de roubo, furto e tráfico, com mandados judiciais de busca expedidos e não cumpridos.

Por ano, somente no Rio, 6 mil adolescentes são encaminhados para instituições de restrição de liberdade na cidade. Aliás, 7 em cada 10 adolescentes que vivem em regime de semiliberdade fogem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é o nome certo, o nome como é conhecida a Lei Federal nº 8.069, de 13/7/90. Por ele é considerada criança a pessoa de até 12 anos incompletos; e adolescente aquela entre 12 e 18 anos. As medidas recomendadas pelo Estatuto são: internação - para atos graves, e atualmente o tempo de permanência não pode ultrapassar três anos -; regime de semiliberdade - para atos médios, e o infrator estuda durante o dia e dorme na unidade -; regime meio-aberto - para atos leves, e o infrator terá liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade.

Por outro lado, a idade penal é matéria tratada pela Constituição Federal. O art. 228 diz que são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Senhoras e senhores, peço licença para tecer algumas considerações sobre o tema. Imputabilidade é uma palavra do jargão jurídico e por vezes não compreendida. Ela quer dizer "capacidade psíquica de ser sujeito de reprovação, composta de capacidade de entender a antijuridicidade da conduta de adequá-la de acordo com esta compreensão".

Para medir essa capacidade, há três sistemas: o psicológico, o biológico e o biopsicológico. O método biológico condiciona a responsabilidade à saúde mental, à normalidade da mente. O método psicológico não indaga se há uma perturbação mental doentia, mas declara a irresponsabilidade se, ao tempo do crime, estava abolida no agente, seja qual for a causa, a faculdade de apreciar a criminalidade do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento. O método biopsicológico é a reunião dos dois primeiros: a responsabilidade só é excluída se o agente, em razão da enfermidade ou do retardamento mental, era, no momento da ação, incapaz de entendimento ético-jurídico e autodeterminação.

O Brasil adota, como regra, o sistema biopsicológico. No entanto, no tocante à menoridade penal, é adotado o sistema biológico, ou seja, o legislador presume, de forma absoluta, que o menor de 18 anos não possui capacidade de entender ou de determinar-se com esse entendimento, não praticando, assim, crime.

É contra essa presunção que vários autores batem contra. E colocamo-nos entre eles, ressaltando que outras medidas devem ser adicionadas à redução da menoridade penal.

Essa presunção é oriunda de política criminal adotada em 1940, ano em que foi editado o Decreto-Lei nº 2.848, chamado "Código Penal". A adoção dessa idade foi gestada nos idos de 40, há mais de seis décadas. No bucólico Brasil rural em que imperavam outros princípios e outra realidade, Deputado Dalmo.

Marcelo Mendroni, em artigo intitulado "Menoridade penal e vontade do povo", diz: (- Lê:) "Segundo matéria publicada no jornal 'O Estado de São Paulo', 85% dos paulistas aprovam a redução da menoridade penal para 16 anos". A revista "IstoÉ" ressalta: (- Lê:) "Cresce por esses dias no País o tamanho do fosso entre o que é legal e o que é justo. É justo o criminoso que atende pelo codinome 'Champinha' barbarizar e matar um casal de jovens e ser liberado depois de três anos detido?" Justo não é, mas é legal, Deputado Fábio, dado que, à época do crime, Champinha tinha 16 anos - era, portanto, menor - e, após o período de passagem na Febem, poderá ser solto nos próximos meses, Deputado Juninho. Está na letra da lei e deve ser cumprida. Porém cabe esta indagação: estaria a lei atendendo ao objetivo maior de fazer justiça?

Estamos com o Mendroni, para quem o raciocínio deve ser o mais simplificado possível.

As leis são criadas para atender a sociedade, nos seus costumes, nas suas condutas, nos seus anseios, Deputado Ademir Lucas, grande jurista desta Casa. As leis devem adaptar-se à sociedade e a ela servir, não o contrário. A sociedade é dinâmica, e as leis são estáticas. Estas devem mudar conforme as necessidades que a sociedade revela para o convívio pacífico e harmônico. Não é possível conceber que a sociedade deva adaptar-se às leis, pois estas decorrem da vontade daquela. São as leis que devem adaptar-se às sociedades. Para isso, foram criadas as figuras dos legisladores.

Nem tudo o que é legal é justo, mas assim o exige a necessidade de estabilidade das relações jurídicas. As leis são, ou devem ser elaboradas, para a realização da justiça, este um conceito abstrato, decorrente do sentimento, das impressões, do fundo do subjetivismo humano. As leis, conceitos concretos sobre os quais incidem interpretações lógicas, sistemáticas, literais, mas sempre com o objetivo centrado da realização da justiça. Justiça, nas palavras de São Tomás de Aquino, "é a vontade de atribuir o direito a quem o tenha".

Então podemos elaborar a seguinte equação jurídica: as leis são elaboradas para formar os direitos, e estes para atender à justiça.

Márcia Maria Milanez, em artigo denominado "A redução da menoridade penal na legislação brasileira", traz ao nosso conhecimento que, hoje em dia, uma grave causa dessa criminalidade, que é decorrente ainda, Deputado Wander Borges, do problema social, é o aliciamento de adolescentes e crianças pelos maiores para a prática de atos infracionais, formando verdadeiras "quadrilhas de menores", aproveitando da inimputabilidade destes, sobretudo no caso do tráfico de drogas.

Historicamente, a nossa legislação não adotou desde o princípio o limite de 18 anos. Tivemos, num primeiro momento, inspirado pelo Código Penal Francês, o Código Criminal do Império de 1830, um sistema de discernimento, determinando a maioria penal absoluta a partir dos 14 anos. Já o Código Penal Republicano, de 1890, determinava a inimputabilidade absoluta até os nove anos de idade. Por último, em 1921, nossa legislação acabou por revogar aquele dispositivo do Código Penal Republicano, tratando, já por motivos de política criminal e de natureza criminológica, de forma diversa a questão da menoridade penal, estabelecendo a inimputabilidade dos menores de 14 anos e o processo especial para os maiores de 14 e os menores de 18 anos de idade.

Em 1940, com a adoção do novo Código Penal que, até os dias de hoje, encontra-se em vigor com a alteração da parte geral trazida pela Lei nº 7.209, de 1984, o legislador adotou o critério puramente biológico, no que concerne à inimputabilidade em face da idade, estabelecendo-a para os menores de 18 anos, traduzindo-se, assim, como uma exceção à regra, ou seja, método biopsicológico, que prevalece no caso das demais espécies de inimputabilidade previstas nesse Código.

Em 1969, tivemos uma brevíssima alteração no Código Penal, possibilitando a aplicação de pena ao menor de 18 anos, mas que prevaleceu por somente um dia.

O Projeto de Emenda à Constituição nº 171/93 foi apresentado pelo Deputado Benedito Domingos, do PP do Distrito Federal, em que se altera o art. 228 da Constituição, reduzindo-se a idade penal para 16 anos.

Entre as alegações, Deputado Jayro, que sustenta o projeto, ressalta o autor: (-Lê:) "A idade cronológica não corresponde à idade mental, sobretudo nos dias de hoje, em que a liberdade de imprensa, ausência de censura, liberação sexual, independência prematura dos filhos, consciência política acabam por capacitar o jovem do entendimento do que é correto ou não em matéria penal".

Há os que concordam com a redução e há os que discordam. O tema é polêmico, mas não deve ser silenciado.

Retomo, senhoras e senhores, que a redução da idade, por si só, não tem o condão de retomar o seio da normalidade e da pacificação geral, mas é, sem dúvida alguma, medida urgente a ser implantada. Como também o é, segundo o Governador Aécio Neves, o da divisão da competência penal com os Estados.

A Federação brasileira precisa retomar e consolidar a participação dos Estados também na tratativa criminal, a exemplo do que ocorre há séculos nos Estados Unidos em que a matéria é da competência do Estado membro. Uma das finalidades da pena é a prevenção geral ou a prevenção por intimidação. A pena aplicada ao autor do crime tende a refletir junto à sociedade, evitando-se, assim, que as demais pessoas que se encontram como os olhos voltados na condenação de um de seus pares reflitam antes de praticar qualquer infração. A insignificância da punição, certamente, pode trazer consigo o sentimento de que "o crime compensa", pois leva o indivíduo a raciocinar da seguinte forma: é mais vantajoso para mim praticar essa conduta criminosa lucrativa, pois, se for descoberto, se for preso, se for processado, se for condenado, ainda assim o máximo que poderei sofrer será uma medida socioeducativa. Logo, vale a pena correr o risco.

Ecoam em nossa mente e sangram nosso coração as palavras do casal Rosa Fernandes e Elson Vieites, pais do menor João Hélio, levadas ao ar pelo Fantástico, da Rede Globo. Eles clamaram: "Não queria que a morte dele ficasse em vão. Que tudo que vem acontecendo servisse para marcar uma fase de mudança no nosso país. As pessoas não podem sofrer como nós estamos sofrendo. Quanto ao Presidente e outros políticos que não estão de acordo, das duas uma: ou não têm filhos, ou não têm alma. Eles andam cercados de seguranças e permitem que esses crimes aconteçam".

Não podemos, senhoras e senhores, olvidar que a impunidade é a fonte basilar de todos os males. Mais que a quantia ou a espécie da penalidade, a certeza de que incorrerá é fator de eficácia. O grito de justiça ecoa em todos os lares, habita os corações de todos os homens de bem. Conforme nos ensina Cezar Brito: "Não basta conceder um direito no papel, é preciso levá-lo à prática". Os fatos ocorridos atestam barbariedade.

Convocamos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos para a reflexão, e sobretudo para a ação enérgica, firme, determinante. Mais que a redução da menoridade, que também tenhamos o senso voltado para a educação, para o combate firme da desigualdade social, para a oferta de emprego, para a saúde e, sobretudo, para acabarmos com a impunidade. Portanto encaminhamos a esta Casa Legislativa, que sempre bem representou os mineiros, requerimento para um efetivo seminário, estudo e propostas sólidas para a descentralização da competência da União aos Estados em matéria penal, para a redução da menoridade, se comprovadamente for esse o caminho, para ações em caráter efetivo e eficaz.

Transmitimos à família de João Hélio o nosso sentimento. Sábias e próprias são as palavras do filósofo alemão George Hegel: "Faça-se justiça para que o mundo não pereça".

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência. Obrigado, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. O tema é de suma importância para os mineiros, para os brasileiros, e requer, sim, uma discussão bastante intensa, aprofundada, calorosa, e que os mineiros possam presentear o Brasil com idéias boas, sensatas, justas e, verdadeiramente, possam valorizar o ser humano.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João\* - Saudação ao Presidente Deputado José Henrique e a todos os colegas, Deputados e Deputadas. Sr. Presidente, aproveitando a presença do Deputado Dinis Pinheiro, gostaria de fazer um apelo. Fui surpreendido pela informação de que a assessoria dele, assim como a nossa, está recolhendo assinaturas para uma reunião especial de lançamento da Campanha da Fraternidade. Faço um apelo, em público, para que possamos assumir isso em conjunto. O lema da Campanha da Fraternidade deste ano é: Vida e Missão neste Chão - Amazônia e Fraternidade. Alguns podem pensar que a Amazônia está tão distante, mas temos de nos desdobrar para cuidar da nossa casa, da nossa grande morada. Os estudos científicos demonstram o aquecimento do nosso planeta devido a um conjunto de ações irresponsáveis que vão inviabilizando a vida na Terra. Como políticos, enquanto é tempo, devemos assumir um conjunto de ações no sentido contrário, ou seja, viabilizando a vida. A Campanha da Fraternidade ajuda-nos a sensibilizar os governos.

Entre os vários pontos que me trazem a esta tribuna, quero desejar também as boas-vindas a todos os nobres colegas. É uma alegria contar com a presença e o companheirismo de todos, trabalhando juntos em favor do povo mineiro. Sejam bem-vindos. Colocamo-nos à disposição e esperamos contar com todos para aprimorar nossas ações políticas, servindo da melhor forma àqueles que representamos.

Aproveito aqui também a presença do Deputado Durval Ângelo, que há tanto tempo vem presidindo a Comissão de Direitos Humanos, para dizer que fez quatro anos o desaparecimento de João Caetano no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Candonga, hoje Usina Hidrelétrica Risoleta Neves.

Esse é um ponto de pauta trazido pelo movimento na semana passada, que apresentou ao Secretário José Carlos Carvalho um conjunto de

pendências em termos de reassentamentos, moradias, serviços de saúde, transporte escolar e outras tantas, de várias usinas hidrelétricas do Estado de Minas Gerais. No dia 9 de fevereiro, completaram-se quatro anos do desaparecimento de uma pessoa no canteiro de obras, e até hoje não foi tomada nenhuma providência. Já fizemos duas audiências públicas, também fomos ao Ministério Público, e não sabemos mais o que fazer. A família ainda se encontra em estado de apreensão.

Ocupamos esta tribuna para trazer novamente à memória de cada um esse desaparecimento, para que, juntos, possamos buscar uma resposta para essa família. Até hoje esse desaparecimento não ficou claro, não existe nenhum responsável. Ninguém entrava naquele canteiro de obras sem ter crachá. Agora a usina hidrelétrica foi inaugurada, e existe um pedido de renovação das licenças. Reiteramos apelo à Secretaria de Meio Ambiente, ao Secretário José Carlos Carvalho e ao Copam para que a renovação dessas licenças não seja concedida enquanto não forem resolvidas essas inúmeras pendências.

Existe, quando se trata da Usina Hidrelétrica de Irapé, um entendimento entre o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, e o então Presidente e hoje Líder do Governo, Deputado Mauri Torres. Segundo entendimento com o Bloco PT-PCdoB, entraria na pauta o projeto de lei de repasse de R\$30.000.000,00 do governo do Estado para a Cemig, que foi autorizado por esta Casa no final do mês de dezembro, com a condição de fazermos no mínimo três visitas técnicas a essa usina. Esse foi o compromisso firmado pelos Deputados Mauri Torres e Alberto Pinto Coelho e pela Cemig, que participou de mais de uma reunião nesta Casa, abordando especificamente a questão da hidrelétrica de Irapé.

Ainda persistem problemas graves. Há comunidades que estão abaixo do eixo em que a água passa por um processo de putrefação, impossibilitando o consumo humano. Mesmo para o consumo de animais, existem grandes transtornos; poderia causar até aborto. Não serve nem para lavar roupa. Como exemplo, temos Coronel Murta e Virgem da Lapa, Municípios que estão a jusante.

O Deputado Fábio Avelar conhece bem o processo. No EIA-Rima não consta que esses Municípios estão sendo atingidos pela barragem. Estão fora do relatório porque estão abaixo do eixo. A reivindicação das famílias consiste em inclui-los como atingidos, pois estão sendo prejudicados, seja na produção agrícola, seja no consumo de água para os seres humanos e os animais.

Foi entregue a relação de todas as pendências, na semana passada, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB -, mas já a tínhamos repassado à Cemig e a esta Casa, por intermédio de seu Presidente e do Líder do Governo - na época, o Deputado Alberto Pinto Coelho. Há os seguintes problemas: as escolas - crianças ficaram sem escola no ano passado e perderam o ano; o abastecimento de água nos reassentamentos - temos reassentamentos em Janaúba, Montes Claros e diversos outros Municípios; as estradas - a qualidade delas inviabiliza o acesso à escola; a telefonia - foi montado um reassentamento distante, que está sem comunicação; e a assistência à saúde.

Gostaria também de salientar os outros problemas que temos no Estado em relação às barragens. Em Santana do Deserto há 50 famílias, entre os Municípios de Rio Doce e de Santa Cruz do Escalvado; em Marimbondo, 10 famílias; em Perobas, oito famílias; em Rio Doce, 70 famílias; e, em Soberbo, 80 famílias. Soberbo foi totalmente inundada, portanto, agora temos a Nova Soberbo. Muitas casas da antiga cidade foram reconhecidas pelo consórcio, mas antes de as famílias se mudarem tiveram que destruí-las, pois foram construídas no nível da rua e havia rachaduras. Agora algumas famílias estão vivendo de aluguel.

Então, é um problema que apresentamos. Que sejam revistos os impactos sociais antes da renovação das licenças. Não nos podemos prender ao impacto ambiental, mas sim ao impacto social, que é grave.

Há relação de outros, como o Jerônimo e mais 15 famílias. Há o problema de muitos garimpeiros que não são reconhecidos como atingidos. O consórcio alega que alguns deles estavam em atividade ilícita, mas as pessoas sobreviviam disso. Não corresponde à verdade a alegação a respeito da atividade dessas pessoas, pois em muitos lugares os pescadores reconhecidos pelo Ministério também não foram reconhecidos como atingidos e, portanto, não estão sendo indenizados.

Foi entregue uma pauta relacionando todos esses problemas. Ela está detalhada, consta nela uma relação com o nome das famílias, aliás, feita por servidores da UFMG. Pode-se dizer que são relatórios científicos.

Quando se fala de barragens, tanto a Comissão de Meio Ambiente como todos nós temos muito trabalho. Basta lembrar a barragem em Muriaé, que rompeu e foi um transtorno. Há quatro anos, em uma audiência realizada lá, falamos sobre o risco. No ano passado, também em audiência pública, reiteramos, falamos dos riscos e da necessidade de atenção. Percebemos que houve omissão, houve descuido, não precisava chegar ao ponto que chegou.

Ainda há inúmeras "bombas" como essas das barragens. Quase ninguém tomou conhecimento, mas, no final de semana, houve rompimento de uma outra barragem, em que 100t de minério de ferro inundaram parte de Congonhas. Quem não conhece o Parque das Cachoeiras em Congonhas, que é fabuloso, onde várias piscinas naturais foram invadidas por 100t de minério de ferro? A imprensa não deu cobertura, e poucas pessoas se informaram desse episódio.

Salientamos que são centenas de barragens, barragens de rejeitos, que vêm trazendo grande transtorno e ameaça, assim como as barragens hidrelétricas, que não estão levando em conta as famílias, o impacto social. Com isso, os atingidos estão totalmente desamparados.

Antes de concluir com um apelo, informo que a pesquisa publicada pelo jornal "Estado de Minas" revela que 8.300.000 eleitores receberam oferta de compra de votos nas eleições passadas. É uma situação vergonhosa. Se esses eleitores venderam votos, é porque existem pessoas que estão exercendo o cargo e compraram, ofereceram dinheiro pelo voto.

O meu apelo: só conseguiremos moralizar a política e fazer com que tenham uma nova consciência, um novo conceito, se as nossas ações forem pautadas pela ética. O número contido na pesquisa publicada no "Estado de Minas" no dia 8 de fevereiro, portanto, na semana passada, ainda é alarmante. Milhões de eleitores disseram abertamente que venderam o voto, que receberam alguma coisa para votar. A motivação do eleitor para votar deve ser o nosso trabalho, a eficiência de políticas públicas que dêem cobertura aos cidadãos, a eficiência de leis justas que garantam a democracia, qualidade de vida para todos.

É um dever nosso fazer nascer uma nova consciência política, um novo respeito. Isso depende de nós. Se pessoas venderam o voto, é porque houve compradores; se estão exercendo o mandato, é de forma injusta e ilícita. Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, o assunto que nos traz à tribuna pode ser repetitivo para muitos, que podem ter a impressão de estar vendo a reprise de um filme.

O assunto de que trataremos é do conhecimento de todos, veiculado pela grande mídia - a impressa, a radiofônica e a televisiva. E é necessário

ocupar mais uma vez a tribuna, para que tenhamos cada vez mais consciência da gravidade dos fatos ocorridos no País.

Resgatarei alguns episódios que verdadeiramente mereceram o destaque dado pela grande imprensa e são motivo de nova reflexão por parte de Deputadas e Deputados e, principalmente, do Congresso Nacional e da Presidência da República.

No dia 27/12/2006, a revista "Veja" trouxe a seguinte matéria: (-Lê:) "Pai, mãe e filho de 5 anos, de Bragança Paulista, em São Paulo, são queimados vivos depois de assalto. Em março de 1993, Joab Severino Ribeiro foi preso em flagrante em Guaianases, periferia de São Paulo, por roubo e tentativa de assassinato. Foi condenado a 1 ano e 10 meses de reclusão. Um ano e meio depois, tendo cumprido apenas um sexto da pena, passou para o regime semi-aberto. Em 1997, estava totalmente livre. Em dezembro de 2006, ateou fogo em quatro pessoas vivas, entre elas uma criança de 5 anos, na cidade de Bragança Paulista".

A outra matéria, publicada no "Estado de Minas" do dia 10/1/2007, diz o seguinte: (-Lê:) "Terror e morte. Cinco agências no Alto Paranaíba, Leste e Noroeste de Minas são invadidas por bandidos fortemente armados, que fazem reféns Juiz e Delegado. Assaltantes espalharam terror no dia 9/1/2007 nas regiões do Alto Paranaíba, Leste e Noroeste de Minas em roubos a bancos - dois com reféns.

Em São Gotardo, a 295km de Belo Horizonte, Alto Paranaíba, um policial rodoviário morreu e dois militares ficaram feridos. Uma megaoperação, com centenas de policiais em vários carros e dois helicópteros, foi montada próximo a Patrocínio, na mesma região, onde outro militar foi baleado. No fim da noite, um Delegado da Polícia Civil, que foi levado pelos criminosos na fuga, tentava convencê-los a entregarem-se, diante do cerco. Além do policial, um Juiz, um Carcereiro e um Soldado foram feitos reféns pelos bandidos".

No dia 7/2/2007, o "Estado de Minas" publicou a seguinte matéria: (-Lê:) "Bandidos aterrorizam interior - ladrões atacam agências do Banco do Brasil em São Romão, Iturama e Riachinho, em três regiões de Minas, trocam tiros com a polícia e levam mais de R\$1.000.000,00. Uma onda de terror voltou a assustar moradores das regiões Norte, Noroeste e Triângulo Mineiro, com assaltos a três agências do Banco do Brasil, nas cidades de São Romão, a 511km da Capital; Riachinho, a 506km; e Iturama, a 736km.

Todas as ações tiveram reféns libertados durante a fuga. No dia 6/2/2007, sete homens, a maioria encapuzada, fortemente armados, usando rádios de comunicação HT e três veículos, fizeram reféns o gerente do Banco do Brasil e seus familiares. Eles aguardaram a abertura do banco e acompanharam o gerente até a agência. Somente de posse do dinheiro libertaram o gerente e sua família. O grupo fugiu levando R\$800.000,00".

Matéria publicada pela revista "Veja" no dia 14/2/2007: (-Lê:) "Arrastado por quatro bairros do Rio de Janeiro, morto, destroçado por bandidos, e, mais uma vez, não vamos fazer nada? Na quarta-feira passada, a dona de casa carioca Rosa Vieites se preparava para encerrar um dia como tantos outros. Pouco depois das 9 horas da noite, deixou o centro espírita que costumava frequentar em Bento Ribeiro, na Zona Norte do Rio de Janeiro, e entrou no carro com seus dois filhos, Aline, de 13 anos, e João Hélio, de 6 anos, e uma amiga. Logo a família estaria toda reunida, segundo seus planos. Hélcio, seu marido, passara a tarde na casa nova que a família acabara de comprar, acompanhando a reforma, e iria encontrá-los para o jantar. Poucos quarteirões adiante, ao parar em um sinal de trânsito, o carro em que estavam foi abordado por dois bandidos armados, que ordenaram que todos descessem. Começou, então, o pior drama que uma mãe pode viver - e uma trágica história que tirou a respiração de todos os brasileiros. Rosa, Aline e a quarta passageira, que viajava no banco do carona, saíram do carro. Mas o pequeno João, que estava no banco de trás e usava cinto de segurança, demorou um pouco. A mãe abriu a porta traseira e tentou ajudá-lo. Não deu tempo. Os bandidos entraram no carro e partiram em alta velocidade, levando o garoto dependurado, preso pela barriga. Rosa gritou e saiu correndo atrás do veículo, mas só viu o filho ir embora, arrastado pelo chão. João Hélio foi arrastado por 7km em ruas movimentadas de quatro bairros da região. Pessoas que viram a cena também entraram em desespero, enquanto os bandidos faziam ziguezague com o carro, tentando livrar-se do corpo."

Abordamos esses fatos para, mais uma vez, refletir. Em maio do ano passado, São Paulo ficou cerca de 40 dias mergulhada em uma grande e sombria ação por parte de uma organização criminosa. Enquanto isso, do lado de cá, assistimos passivamente. Nenhum de nós se preocupou com o que ocorria em São Paulo, e, logo depois, o mesmo ocorreu no Rio de Janeiro. Quando fatos como esses ocorrem, ouvimos algum jurista ou almofadinha trancafiado em um gabinete com ar condicionado dizer que o Congresso não pode votar sob o calor dos fatos, pois seria uma legislação de pânico. Mas os fatos continuam ocorrendo, e ninguém vota nada.

Em junho do ano passado tive a iniciativa de parabenizar o Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional à época, quando, após o episódio de São Paulo, reuniu um pacote de projetos na área de segurança pública e o encaminhou ao Senado, que o votou e encaminhou à Câmara dos Deputados. E nenhum foi aprovado.

Desde o episódio da morte da professora do ônibus 174, no Rio de Janeiro, em ação desastrada da PM carioca, que a matou, ao tentar resgatá-la, vimos acompanhando esses fatos. E sempre há uma pessoa para dizer o mesmo, como a Ministra do STF, Ellen Gracie, que disse que é preciso ter muita cautela, ao votar a legislação. É o mesmo discurso. Mas é o mesmo STF que concedeu progressão de regime ao pastor da cidade de São Paulo que praticou atentado violento ao pudor contra três crianças de 6, 7 e 5 anos. É o mesmo STF que, distante da realidade e da vida das pessoas, enclausurado em um gabinete luxuoso com ar condicionado, costuma decidir longe do calor dos fatos. Mas há aqueles que se vão, como é o caso do Cabo Vandec Costa da Silva. No registro dos primeiros assaltos ocorridos neste ano, está a sua morte. No momento não tenho como exibir as fotos, mas ainda as exibirei. Elas são chocantes, porque ele tomou um tiro de fuzil na cabeça, e todo o rosto foi esfacelado. Ele estava dentro da viatura.

Quero mostrar as fotos para que as pessoas se choquem, indignem-se, movam-se e ocupem esta tribuna, a fim de cobrar uma ação do Congresso Nacional. Até quando vamos fazer isso?

Em 2003, ocupei esta tribuna para registrar que 29 policiais do Estado de Minas Gerais haviam morrido. Em 2004, foram 34 policiais; e, em 2005, 24 morreram no dia-a-dia. Mas as vidas dessas pessoas - do garoto João e da família que foi queimada - foram-se. Depois que o cidadão havia sido preso por roubo e tentativa de assassinato, foi-lhe concedido a progressão de regime, e ele foi liberado.

Algumas correntes de Deputados, advogados, Juizes, Promotores e juristas entendem que não devemos mexer na redução da maioria. Quero dizer que a Lei nº 8.069 precisa urgentemente ser revista. O § 3º do seu art. 121 diz que, em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá a três anos.

Então, o cidadão pode estuprar uma criança de 5 anos e matar um policial, que é o último obstáculo do Estado. Depois que se mata um policial, já não há obstáculo, pode-se matar Juiz, Promotor, Deputado, Desembargador, Secretário e qualquer pessoa, pois se passou pelo último obstáculo do Estado.

Será que esse adolescente - a lei não é aplicada à criança -, de 17 anos, não entende o caráter ilícito do crime? Será que os veículos de comunicação, que há pelo menos duas décadas levam informações 24 horas para dentro das casas, não são suficientes para que ele tenha a noção da gravidade dos fatos?

Alguns falam em 16 anos; outros, em 14 anos, mas, para crime hediondo, não deve haver limite de idade. Por exemplo, para quem estupra e mata uma criança, como no caso da Míriam Brandão - do qual nunca esqueceremos - em que, além de seqüestro, estupro e morte, queimaram-na e a enterraram no fundo do quintal. Essa garota tinha 5 anos, era filha da Jocélia Brandão, que mora no Bairro Dona Clara, região Norte de Belo Horizonte.

É essa reflexão que precisamos fazer. Para os crimes hediondos que foram votados pelo Congresso, o Supremo disse que agora há progressão de regime. E esse cidadão que matou o policial, dando-lhe um tiro de fuzil na cabeça? Pena que, no momento, não podemos exibir as fotos, porque as imagens chocariam muito este Plenário. Mas é para chocar, causar indignação e reação, para que amanhã não venha outro Deputado a esta tribuna dizer que o pobre coitado está em dificuldade na prisão; que ele precisa ser tratado com carinho e amor. É esse pobre coitado que matou o policial, o garoto João e que queimou aquela família.

Sabe quando aprendemos a lição? Só saímos pela rua, com bandeiras, criando ONGs, depois que o fato acontece conosco. Por isso há necessidade de uma reação. É preciso que o Congresso deixe de ser moroso e vote os projetos, para que haja uma reformulação não apenas no Código Penal, mas também no Código de Processo Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Não podemos admitir que um rapaz de 15, 16 ou 17 anos, que cometa um crime hediondo, receba a pena máxima: a internação por três anos. Até quando ficaremos de braços cruzados?

Espero que, ao voltar a esta tribuna, Sr. Presidente, trazendo esses fatos, possamos realmente provocar um pouco de indignação em nossos colegas Deputados e Deputadas. Não espere que você seja a próxima vítima, não espere ter um parente, vítima de um crime cruel, pois você saberá perfeitamente o desdobramento da pena daquele indivíduo, que ficará preso, cumprirá um sexto da pena, mesmo que seja pena máxima. Enquanto não discutimos esse assunto, eles estão decretando a morte de milhares de brasileiros. Não defenderei a pena de morte por razões óbvias.

Deputado Eros Biondini, gostaria de conceder-lhe um aparte, mas não posso, em razão do Regimento Interno. Certamente ainda haverá tempo, e gostaria muito de ouvir a opinião de V. Exa., para que possamos, de fato, fazer com que o Estado assuma o controle, para que haja justiça e para que pessoas não façam justiça com as próprias mãos. Mas, para isso, a justiça não pode ser cega, tem que ser séria e dar resposta de imediato. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Doutor Rinaldo - Caro Deputado Tiago Ulisses, Presidente dos trabalhos nesta tarde, caros colegas, cumprimentamos o 23º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Divinópolis, que acaba de fazer o 15º aniversário de seus trabalhos em nossa região.

Estivemos ontem à noite, em Divinópolis, participando da missa em agradecimento a Deus pelos trabalhos realizados nesse período. Hoje, pela manhã, com o Deputado Domingos Sávio, estivemos numa solenidade, em que o Deputado Domingos Sávio, Neider Moreira e eu fomos homenageados pelo Ten.-Cel. Eduardo, Comandante do 23º Batalhão. Após a homenagem, pedimos licença e nos retiramos mais cedo. Cumprimento o Ten.-Cel. Eduardo e todos os seus comandados, pelo excelente trabalho realizado em nossa região.

Solicito a esta Casa um requerimento de congratulações. Convidamos os Deputados Domingos Sávio e Neider Moreira para juntos assinarmos esse requerimento, que será enviado ao 23º Batalhão da Polícia Militar. Solicito a realização de uma reunião especial para essa homenagem.

Há dois anos, como Vice-Prefeito de Divinópolis, fui testemunha ocular dos trabalhos realizados pela Polícia Militar nessa cidade e na região, e conheci a seriedade da melhor PM do Brasil, que é a Polícia Militar de Minas Gerais. Portanto não poderia deixar passar essa data de liso. O Batalhão da Polícia Militar em Divinópolis está debutando. É uma data que não poderia deixar de ser reconhecida por esta Casa, que representa o povo de Minas Gerais, e pelos seis Deputados de nossa região. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia, funcionários desta Casa, dois assuntos que julgo da maior importância trazem-me à tribuna nesta tarde de terça-feira. Um deles é a preocupante tendência mundial favorável ao aborto, que tem agora a adesão de Portugal, que deverá ser o próximo país a adotar essa prática condenável.

Em plebiscito realizado recentemente naquele país, saiu vencedor o "sim" à liberação do aborto. Dos eleitores que participaram da consulta popular, entre 57% e 61% disseram-se favoráveis ao assassinato de fetos até a décima semana de gravidez, contra 39% e 43% dos portugueses contrários, segundo pesquisa divulgada esta semana pela Radiotelevisão Portuguesa.

Embora o comparecimento às urnas tenha sido aquém do exigido, o Primeiro-Ministro português, o socialista José Sócrates, já anunciou sua decisão de modificar a atual lei, que trata da questão. O aborto em Portugal já é permitido em caso de estupro, malformação do feto e risco físico para a mãe. O aborto é permitido em 23 países da União Européia, com ressalvas, mas o que me preocupa é que, num país de origem católica como Portugal, responsável pela cristianização deste país, sua sociedade faça uma opção tão repugnante como o aborto.

Mais triste de se constatar é que talvez essa decisão tenha como conteúdo apenas a vaidade dos portugueses de mostrarem-se liberais, como vários irmãos europeus, em sua determinação de se desvencilhar do estigma de filho bastardo da Europa. Temo que a adesão daquele país a essa prática tão condenável venha fortalecer ainda mais os argumentos já apresentados aqui, em ocasiões diversas, por grupos políticos e da sociedade civil, que tentam impor essa prática também em nosso país.

Nós, que somos cristãos e católicos e que procuramos zelar pelos valores éticos e morais da vida neste país, não vamos esmorecer diante de qualquer tentativa de se descriminalizar o que é, na verdade, um crime hediondo. Matar fora ou dentro do ventre, no meu entender, é igualmente criminoso e detestável. Nenhum argumento me convence da necessidade de se adotar como natural o assassinato de fetos. Mesmo em casos de malformação fetal ou gestação conseqüente de estupro, não nos cabe condenar à morte principalmente quem não pode defender-se. Não podemos ser juízes na avaliação sobre quem deve ou não nascer. É assim que penso, e esta é uma de minhas lutas.

Sr. Presidente, Deputados André Quintão, Ademir Lucas e Eros Biondini, outra questão a cujo comentário não posso me furtar é a recente entrevista do Sr. João Luiz da Silva Dias, Presidente da CBTU.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Deputado Célio Moreira, comungo com seu veemente posicionamento contra esse atentado à vida: a legalização do aborto em qualquer situação.

Estamos lançando a Frente Parlamentar em Defesa da Vida. Temos que levantar essa bandeira, enquanto alguns defendem a morte, o aborto. Quanto a essa questão, temos de nos posicionar. Somos conscientes de que a vida do ser humano precisa ser preservada, sobretudo quando ele se encontra em uma fase mais frágil. A pessoa nasce e, depois de algum tempo, consegue se defender, mas isso não ocorre com os seres mais desprotegidos. Não queremos, contudo, culpar nem condenar as mulheres, que também sofrem agressão e violência.

Parabenizo-o pelo seu pronunciamento. Essa indignação precisa chegar a todos os lugares, de modo a tocar os corações de todas as pessoas. Parabéns!



O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Deputado Eros Biondini, que também é um defensor da vida. Juntos lutaremos, nesta Casa e em Brasília, na Frente Parlamentar em Defesa da Vida, contra o aborto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como disse, comentarei a entrevista do Sr. João Luiz da Silva Dias, que mais uma vez veio a Belo Horizonte contar mentiras, lorotas. Refiro-me à novela da carochinha que já dura 24 anos, ou seja, à novela do metrô de Belo Horizonte. Para justificar mais uma demonstração de descaso do governo federal com nosso metrô, particularmente com a Linha 2, Calafate-Barreiro, volta com a conhecida e manjada cantilena de que a referida obra foi iniciada sem projeto e por isso não anda, não conta com a injeção de recursos.

Tive a oportunidade de falar com o Sr. João Luiz, que naturalmente chamou de incompetentes e irresponsáveis os engenheiros da CBTU que fizeram a estação da Amazonas. Agora, milhões são jogados não no ralo, mas no bueiro. O Deputado Ademir Lucas, cuja esposa, Deputada Vanessa Lucas, na legislatura passada, defendeu a questão do metrô, e o Deputado Carlin com certeza querem que o metrô chegue a Contagem, a Betim, a Neves e a Sete Lagoas.

Todavia, o Presidente Lula, em sua fala, insinua que temos de acabar o que foi iniciado. Os metrôs de outras cidades, de outras capitais recebem milhões em recursos, enquanto o metrô de Belo Horizonte fica nessa situação. Na verdade, os Deputados e Senadores aprovam os recursos no orçamento, que depois são contingenciados, e a obra não se realiza. Desse modo, empurra-se a questão com a barriga.

Dos R\$186.300.000,00 destinados pelo governo no Plano de Aceleração de Crescimento - PAC - à Linha 2, apenas R\$42.300.000,00 deverão ser aplicados, conforme admitiu o próprio Presidente da CBTU. Quanto a esse aspecto, não há novidade. Desde que o Presidente Lula se instalou no governo, essa tem sido a prática comum: contingenciamentos astronômicos, quando se trata do metrô de Belo Horizonte.

Dizer mais o quê, a essa altura, depois de uma luta tão arrojada travada pela Comissão de Transporte e pela Comissão Especial do Metrô, sob a minha Presidência, sem ganho algum?

Participamos de reuniões na Comissão de Infra-Estrutura do Senado para debater o assunto. O Presidente da CBTU mentiu para os Senadores e para o Presidente em exercício, José Alencar, ao afirmar que o recurso estava liberado, pois constatamos que não havia nada. Nem mesmo aquele dinheiro dos sinalizadores.

Dizer mais o quê, a esta altura, depois de uma luta tão arrojada? Uma coisa está absolutamente clara: o governo federal vem cozinhando em banho-maria a obra das Linhas 2 e 3, esperando que seja regionalizada, com transferência dessa responsabilidade para o Estado e para as Prefeituras de Belo Horizonte, Contagem e Betim.

O investimento previsto no PAC para nosso metrô é um acinte à comunidade da região do Barreiro, já manipulada tantas vezes nesse governo, com argumentos e promessas eleitoreiras que nos humilham e nos ferem.

Esta não é uma luta vencida pelo governo e pela CBTU. Temos de continuar tentando fazer com que o governo pelo menos conclua as Linhas 1 e 2, no trecho Calafate-Barreiro.

Convenhamos, 30 meses é tempo demais para se fazer um simples traçado de um percurso de 9km do complexo viário que vai interligar a região do Barreiro ao Bairro Calafate. E o pior: não temos certeza ou garantia de que esse projeto será executado ou será apenas um ensaio de mais um capítulo dessa longa e entediante novela chamada metrô.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Muitas vezes, as pessoas perdem a memória com o tempo. Esse João Luiz da Silva Dias é um filhote da ditadura. É o mesmo João Luiz da Metrobel, que fechava e abria rua e fazia o que queria em Belo Horizonte, na época da ditadura. Portanto, sua formação é autoritária.

Promovemos debates acirrados sobre esse assunto, pois ele desprezava o Prefeito de Belo Horizonte, que era nomeado, e fazia o que queria na Capital. Hoje ele sai da ditadura e transita pelo governo do PT com espantosa facilidade, o que é muito estranho.

Como já fui Deputado e convivi com esse cidadão, não me estranha o fato de ele prometer e não cumprir. Quem se lembra da história, sabe o que esse cidadão fez na Presidência da famigerada Metrobel. Fez e aconteceu nesta Capital. Obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Nas audiências públicas realizadas nesta Casa, na Câmara Municipal e na região do Barreiro, ele solicitou à comunidade que se mobilizasse, tomasse um ônibus e fosse a Brasília para pressionar o governo. Foi muita cara-de-pau, pois os Senadores e os Deputados Federais queriam fazer o povo de massa de manobra. Aliás, nas audiências públicas realizadas aqui, não compareceu sequer um Deputado do PT para defendê-lo. Todos conhecem a história, a incompetência e o enrola e empurra com a barriga.

A Prefeita de Contagem, que é do mesmo partido do governo federal, já se manifestou contrária a que o Município assuma responsabilidades de investimentos na obra. A argumentação da Marília Campos é a mesma do governo do Estado: a de que não podem assumir uma obra com recursos próprios e que essa regionalização só será viável mediante liberação de verba da União.

E Lula tem demonstrado que, quando se trata de transferência de recursos, seu jogo é pesado. Temos como exemplo o caso da Cide, que significa uma arrecadação astronômica para os cofres federais, e esse tributo foi criado para resolver a situação de nossas rodovias. Porém a União abocanha a maior parte dos recursos, repassando migalhas para os Estados. Essa realidade está materializada na situação de nossas rodovias federais, uma lástima.

O governo do Estado luta por maior democratização de recursos como contrapartida da desoneração de impostos previstas na Lei Kandir, mas o governo federal também se impõe em sua determinação de centralizar recursos.

E nosso metrô é uma das vítimas dessa política centralizadora de recurso do governo federal, e a isso se soma uma visível má vontade com a obra, talvez com a preocupação de esvaziar a possibilidade do sucesso do nosso Governador no próximo pleito para a Presidência da República.

Talvez tenhamos de esperar por esse tempo para que Minas volte a merecer o respeito que lhe tem sido sistematicamente negado. Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Tiago Ulisses, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupo a tribuna em nome da Bancada do PT, com o tempo transferido pela nossa Líder, Deputada Elisa Costa, para, neste período que será compartilhado pelo Deputado Carlin, do PCdoB, tratar de uma data muito importante para nós: 10/2/80. Comemoramos 27 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores, o PT, meu partido. No Colégio Sion, em São Paulo, o PT teve seu manifesto de fundação aclamado por 1.200 lideranças de 17 Estados, presentes naquele

ato.

O PT surgiu no interior da luta democrática; foi forjado no combate aos anos de chumbo, à ditadura militar, reunindo e agregando experiências das mais diversas e plurais da sociedade brasileira.

O PT, já naquele momento, era síntese da comunhão da igreja popular, da igreja identificada com os mais pobres, da igreja que definiu no seu dia-a-dia, nas comunidades eclesiais de base e na luta pelos direitos humanos, a opção preferencial pelos pobres.

Naquele momento, o PT contava com a contribuição de intelectuais de esquerda, de remanescentes da luta política - mesmo antes da ditadura militar -, de lideranças que, desde muito cedo, vinham buscando e trilhando um caminho diferente para o Brasil. Além dessas, o PT tinha a contribuição de líderes sindicais emergentes, o chamado "novo sindicalismo", que surgia com a modernização da nossa economia e do nosso parque industrial, principalmente no ABCD paulista, no Vale do Aço de Minas e em tantas regiões. E havia ainda os professores, os trabalhadores do campo e da cidade, os dirigentes dos movimentos estudantis e o povo da roça. O PT já inovava então, porque era um partido que foi criado a partir das bases dos movimentos populares, sociais, sindicais e da própria intelectualidade progressista brasileira.

O PT já surgia com o lema "Terra, Trabalho e Liberdade", sob uma legislação que dificultava o surgimento de novos partidos. Foi heróica a construção do nosso PT. Digo isso não só com emoção, mas também com saudosismo, pois, com uma irmã na fundação do PT, lembro-me daqueles difíceis dias em que os militantes iniciais do partido iam de casa em casa recolhendo assinaturas para alcançar o número mínimo de filiações e de assinaturas para a legalização do partido político, do Partido dos Trabalhadores.

Depois, em 1981, houve o primeiro encontro nacional, com a primeira direção eleita, aliás, já sob a liderança do líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Foi muito importante a decisão dos trabalhadores de construir um partido à sua imagem e semelhança.

Outros setores também democráticos queriam se aproveitar de estruturas já existentes, de partidos que poderiam ter uma viabilidade maior. Porém, a decisão de construir um partido a partir das bases trouxe a novidade e o ânimo necessários ao espectro político partidário brasileiro.

Em 1982, o PT disputa a sua primeira eleição nacional. Tivemos candidatos às Assembléias, às Câmaras e aos governos estaduais. Tempo de Sandra Starling! Nossa querida companheira Sandra Starling, candidata a Governadora de Minas Gerais.

Tivemos um desempenho de 3,16% de votos no plano nacional, elegemos 8 Deputados Federais e 13 Deputados Estaduais.

Muitos não acreditavam na força do PT, um partido novo, que teve 3% dos votos. Muitos acreditavam que não seguiria a sua trajetória.

O PT, aqui nesta Assembléia, teve a eleição de João Batista dos Mares Guia, o nosso primeiro parlamentar nesta Casa; de Luiz Soares Dulci, liderança da União dos Trabalhadores de Ensino - UTE -, do movimento dos professores, eleito Deputado Federal; da nossa querida companheira Helena Grecco, batalhadora da causa dos direitos humanos, eleita juntamente com René Trindade, formando uma bancada de dois Vereadores à Câmara Municipal de Belo Horizonte. O primeiro suplente era o professor de Direito Patrus Ananias, que assumiu em alguns momentos, entre 1982 a 1988, o mandato de Vereador em Belo Horizonte.

Em 1983, o PT faz o primeiro comício, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, exigindo eleições diretas "já". Em 1984, essa bandeira levantada pelo PT é abraçada por outros partidos e por outras lideranças, configurando-se, talvez, a maior mobilização de massa já vivenciada em nosso país.

Em 1985, nas eleições municipais, pela primeira vez na transição da ditadura para a democracia, escolhíamos os nossos Prefeitos de Capitais. Em Belo Horizonte tivemos uma disputa apertada, com a vitória, nas prévias, de Virgílio Guimarães. Iniciamos, então, o nosso processo rumo à Prefeitura de Belo Horizonte. Foi nesse ano que me filiei ao PT, aos 20 anos de idade. Como, Deputado Carlin, estou com 42 anos, tenho mais da metade da minha vida, com muita honra e orgulho, filiada ao PT. Na época, lembro-me de que era dirigente estudantil e coordenei o primeiro debate entre candidatos a Prefeito de Belo Horizonte, organizado pelo DCE, no anfiteatro da PUC, depois de anos de ditadura.

Em 1986, o PT continua seguindo a sua trilha. Já havíamos elegido representantes em algumas Prefeituras: em 1982, Diadema; em 1985, Fortaleza. Mas, em 1986, melhoramos o nosso desempenho nas eleições. Aqui na Assembléia Legislativa, ampliamos a nossa bancada. Tivemos uma votação estrondosa para um líder sindical emergente do Vale do Aço, nosso companheiro e grande amigo Chico Ferramenta, além da votação para Sandra Starling, Nilmário Miranda e outros que compuseram a bancada estadual de 1986 a 1990. Elegemos 16 Deputados Federais, o que resultou na nossa bancada constituinte. Aliás, o nosso atual Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, conquistou o mandato constituinte.

Tivemos em 1988 nova participação eleitoral municipal expressiva. Aqui em Minas ganhamos Prefeituras importantes, como João Monlevade e Ipatinga.

Chegamos muito perto da Prefeitura de Belo Horizonte. Não havia ainda eleição em dois turnos. O companheiro Virgílio perdeu para o candidato do PSDB, Pimenta da Veiga, por 2%, 3% dos votos. O PT elegeu candidatos às Prefeituras de Porto Alegre; de São Paulo, com Luiza Erundina; e, em Belo Horizonte, elegeu uma bancada de nove Vereadores e Vereadoras. Elegemos exponents do nosso partido que foram responsáveis naquela legislatura, em postos-chaves, pela constituição da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Já formado à época, fui convidado para ser Chefe de Gabinete do Vereador Patrus Ananias, relator da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. Aquela bancada de nove Vereadores e Vereadoras já preparava o terreno para a conquista dessa Prefeitura.

Em 1990, disputamos o governo do Estado por meio da candidatura de Virgílio Guimarães; tivemos também a candidatura de Patrus ao Senado, uma derrota que se aproximou de 1% a 1,5% em relação à candidata Júnia Marise.

Em 1996, já havíamos apresentado candidato ao governo: o companheiro Fernando Cabral; em 1982, o nosso saudoso companheiro Joaquim já havia disputado vaga ao Senado; em 1986, o "Dazinho"; em 1990, o Virgílio, ao governo estadual, e Patrus, ao Senado; e, em 1992, a vitória mais expressiva do PT em Minas Gerais, quando ganhou a Capital mineira com a eleição de Patrus, acompanhado pelo Vice-Prefeito Célio de Castro.

Nas décadas de 80 e 90, não houve somente um crescimento eleitoral do PT; incontestável. O PT foi decisivo na redemocratização, no fortalecimento dos movimentos sociais. No início da década de 80, tivemos a formação da CUT, da Central dos Movimentos Populares, da combinação da democracia direta com a democracia participativa, do princípio dos conselhos populares, dos conselhos setoriais, da implantação da nova legislação pós-constituinte. Tudo isso ocorreu junto aos movimentos sociais. Foi uma década, diria, se perdida do ponto de vista

econômico, muito luminosa do ponto de vista político.

Abro um parêntese nessa trajetória do PT. O ano de 1989 talvez tenha sido um dos mais emocionantes da vida política do partido. Foi o período em que, depois de muita luta, tivemos a oportunidade de votar pela primeira vez, no meu caso, para Presidente da República. Depois de anos de ditadura militar, houve a primeira eleição presidencial. Contrariando todas as expectativas, e como resultado dessa caminhada, tivemos a ida de Lula para o segundo turno. Todo o mundo conhece a história. Não foi permitida naquele momento, ainda, a vitória do companheiro Lula e do PT, mas sem dúvida, eu diria que a campanha das Diretas Já e a eleição de 1989 foram os momentos mais marcantes de mobilização política do povo pobre, trabalhador, das classes populares brasileiras.

O PT continuou e disputou novas eleições. Em Minas, em 1994, com o companheiro "Carlão"; em 1998, com o companheiro Patrus; em 2002 e 2006, com o companheiro Nilmário. Ampliamos as nossas bancadas federal, estadual e municipal. Instituímos uma nova forma de governar os Municípios, o chamado modo petista de governar, uma grande contribuição do PT, com experiências exitosas, como o Orçamento Participativo, os conselhos setoriais, a chamada inversão de prioridades e programas de transferência de renda. Começamos a conquistar alguns Estados importantes, e tudo isso culminou, em 2002, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições para a Presidência da República, com um mandato renovado pela força popular, pela legitimidade conferida nas urnas.

O PT é uma novidade no cenário político latino-americano. Vivi os debates internos do partido e vejo que avançamos muito. Tivemos muitas encruzilhadas. A combinação da luta de massa com a ação institucional foi o caminho correto adotado pelo partido já no famoso encontro nacional de 1987. No V Encontro Nacional, foram consagradas a política de alianças, o acúmulo de forças, a combinação de partido de massa e de quadros, a luta institucional com a luta popular, rechaçando-se a luta armada como caminho para a conquista do poder, com o fortalecimento dos movimentos sociais e da aposta na democracia como valor universal. O PT insere-se na vida institucional brasileira, sem abdicar da luta popular, sem abrir mão do crescimento da cidadania nem da sociedade, inovando em relação às experiências do socialismo real, em relação às experiências bem-intencionadas do ponto de vista de finalidade social, mas autoritárias no método. O PT também nasce com a marca e a vocação de ser um partido que não se acomoda às benesses do poder.

É evidente que essa trajetória comporta equívocos, comporta posicionamentos que hoje, refletidos, talvez os fizéssemos diferente, comporta incompreensões, radicalismos fora de hora, mas isso faz parte da vida política.

O PT hoje se encontra em um momento fundamental, momento do seu terceiro Congresso. O PT ganhou a Presidência, teve um excelente governo, mas também cometeu equívocos, que precisam ser superados para que o partido atualize sua intervenção com o momento e o amadurecimento de hoje, mas fiel aos princípios que regeram o primeiro manifesto no Colégio Sion, de 27 anos atrás - o compromisso com a democracia, o compromisso com os mais pobres e o compromisso inarredável com o comportamento ético e de respeito pela coisa pública.

No início, muitos não acreditaram que a experiência do PT fosse florescer, muitos tiveram atitudes preconceituosas contra o PT, muitos quiseram abater o PT na sua trajetória, muitos quiseram cooptar o PT para a política tradicional, muitos tentaram, com os erros cometidos pelo PT, rasgar toda a nossa história de acúmulos políticos coletivos e de trajetórias pessoais de muitos que infelizmente não viveram suficiente para ver o PT exercer a grande responsabilidade de governar o País. Muitos nem sequer viram o nascimento do PT, porque foram literalmente abatidos na luta social, no campo ou na resistência à ditadura.

Então, vivemos hoje um momento, não diria de refundação do PT, mas de avanço desse partido, que deve repensar práticas a serem superadas, aprimorar intervenções que podem estar mais afinadas com a responsabilidade de ser governo federal, redemocratizar nossas relações, tornar mais presente o partido no movimento social, e formular mais políticas públicas para sustentar a maior experiência de esquerda do Brasil no governo federal - o governo Lula. Este é o momento do PT, momento do terceiro Congresso e momento em que o partido começa, à luz de sua história, projetar seu presente e seu futuro.

Com muito prazer, concedo aparte a nossa Líder, Deputada Elisa Costa, que, nesse processo, deu e dá uma grande contribuição como militante, cidadã e uma das maiores referências do partido em Minas e no Brasil.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Quero cumprimentar o André, os Deputados Estaduais, a Mesa e todos que nos assistem neste momento.

Parabenizo-o, André, por fazer esse pronunciamento que lembra os 27 anos de história do Partido dos Trabalhadores, comemorados nacionalmente em Salvador, no último dia 10, sábado, com a presença de vários representantes e Lideranças do País. O Diretório Nacional lá se reuniu, e foi também o Presidente Lula.

Vários integrantes de nossa bancada fizeram-se presentes em Salvador, na Bahia, para de fato marcar a trajetória de um partido de esquerda, nascido na luta contra a ditadura militar, nos movimentos estudantis, nas comunidades eclesiais da Igreja Católica. Dessa formação, participaram também companheiros do meio intelectual, das universidades e, especialmente, do movimento sindical do ABC Paulista, renovando a prática sindical no País. Então, o Partido dos Trabalhadores nasceu com essa visão, a partir da base, de integrar os trabalhadores à política, criando assim alternativas de poder para a classe trabalhadora.

Queria parabenizar o Deputado e querido companheiro André, que já foi nosso Líder, por fazer parte das fileiras históricas, como filiado, do nosso partido. Por meio de sua pessoa, também parabenizo todos os filiados e militantes de Minas Gerais e do Brasil. Muitos deram sua vida, caminharam conosco e estão presentes na luta popular, nos movimentos sociais, nas Câmaras de Vereadores, nos parlamentos, no Executivo, até chegar à Presidência da República.

Nesses 27 anos, vejo a trajetória do PT dividida em três etapas. A primeira, como bem lembrou nosso Deputado André, vai até 1989, com a grande e histórica formulação de nosso partido. Lembro o Secretário-Geral Luiz Dulce, na época Secretário Nacional do partido, que fez o primeiro texto sobre o que era o socialismo petista. Isso foi em 1987. Ele recolheu as experiências pelo mundo e, mais que isso, inovou, dizendo que queríamos também construir no Brasil uma proposta socialista, mas com democracia, a partir da realidade.

Depois, em 1991, fizemos o nosso primeiro congresso, o que marca o socialismo que queremos construir para o País.

O PT deixa três marcas em sua história: a luta pela justiça social, a democracia e a participação popular. Essas são marcas da trajetória do nosso partido e de seus militantes.

Até 1989, debruçamo-nos na formação do partido, com as comissões provisórias, com os encontros. Tivemos uma grande formulação política da esquerda e também do PT.

Depois, passamos alguns anos pensando nas estratégias para construirmos a possibilidade de ter a Presidência da República. Chegamos com o Presidente Lula. A experiência de quatro anos de governo, a relação do partido com o governo agora clama por mais autonomia, por mais presença no movimento social, para que, de fato, tenha uma presença propositiva no governo, apresentando uma pauta da Nação e do povo

brasileiro.

Hoje, inaugurando o terceiro Congresso, considero que o PT se encontra mais amadurecido, com mais conhecimento a respeito da realidade brasileira, mais presente na própria realidade, vivendo com outros partidos políticos - PCdoB, PSB, PDT, PMDB, entre outros -, um processo de aprofundamento da democracia. Eles se somam para pensar em um Brasil a partir da sua própria realidade, promovendo o desenvolvimento, o crescimento e a cidadania; que garanta direitos sociais e a inclusão para a maioria do povo brasileiro.

Manifesto minha alegria de fazer parte do partido há 27 anos, de ter participado da sua fundação e de hoje estarmos comemorando 27 anos de acertos e erros. Mas, certamente, contribuindo para o Brasil, para a democracia e também para a política.

Por fim, registro que nos debruçaremos cada vez mais, por compreender que nessas eleições, Deputado André Quintão, a população entendeu o nosso projeto, entendeu que ainda estamos presentes, que estamos enraizados na luta social junto a outros partidos políticos, que continuamos representando com dignidade a classe trabalhadora, os mais pobres, as mulheres e os negros, enfim, todos que lutam por justiça, por dignidade e por cidadania. Que o nosso terceiro Congresso faça avançar o Brasil que queremos, faça aprofundar a democracia, que deve ser direito de todos; e, principalmente, que encontremos alternativas para o capitalismo, que demonstrou ser, na história, um sistema de exclusão, de desemprego e de não construir, de fato, direito para todos. Que o socialismo possa ser a nossa referência. Vivamos os valores da distribuição dos bens, do desprendimento, da verdadeira solidariedade, da economia para todos e de um mundo com mais igualdade, com justiça, com distribuição de renda e com igualdade social.

Por isso estamos no PT, por isso queremos continuar fazendo política com sonhos e ideais, com a participação da sociedade. Muito obrigada.

O Deputado André Quintão - Muito obrigado, Deputada Elisa Costa. V. Exa. lembrou muito bem.

Como sabemos que a TV Assembléia chega a vários Municípios, aproveito para cumprimentar, como fez a Deputada Elisa Costa, cada militante do PT. Militantes anônimos, que muitas vezes não conhecemos, mas que, quando chegamos ao Município ou quando realizamos uma audiência ou reunião com o movimento social, encontram-se presentes, de maneira humilde, sincera, com privações pessoais. Militantes que deixam a família, deixam o convívio e que gastam às vezes o próprio dinheiro para uma atividade político-partidária. São esses militantes que construíram a história de 27 anos do partido. O PT hoje, Deputado Carlin Moura, está presente praticamente em todos os Municípios mineiros. São poucos os que não têm diretório ou comissão provisória do PT.

Lembro-me daqueles anos heróicos em que muitos militantes saíam de Belo Horizonte, viajavam 400Km, 500Km, 600Km e até 700Km para chegar a um Município distante do Pontal, do Norte, Noroeste ou do Jequitinhonha, a fim de realizar uma reunião com três ou quatro pessoas interessadas em formar uma comissão provisória ou um diretório do Partido dos Trabalhadores.

Tenho saudades, Deputado Carlin Moura, do tempo em que cada militante, cada simpatizante colocava seu carro à disposição para as caravanas do candidato a Presidente, Lula. Lembro-me de uma que coordenei, na campanha de 1989, para o Norte de Minas. Visitamos de 18 a 22 Municípios em quatro dias, uma caravana de nove carros. Chegamos na última cidade - um comício em Januária - com apenas um carro, porque oito estragaram no caminho, uma vez que eram carros mais velhos, de militantes com muito pouca renda. Tivemos a sorte de chegar com um carro para o comício de segundo turno do Lula em Januária. Eu era assessor parlamentar; foi minha estréia em comício. Muitos não puderam ter a chance de viver a experiência do governo Lula.

Recordo-me, com carinho, do Pe. Lage, nosso Vereador, homem das lutas populares na região metropolitana; do Sr. Milton Freitas, de Contagem; do Sr. Joaquim, nosso candidato ao Senado na década de 80; de expressões nacionais, como Chico Mendes. Que falta faz Chico Mendes! Imagine-o presente hoje. Neste ano, a Campanha da Fraternidade trata da Amazônia, da biodiversidade, da questão ambiental. Muitos desses militantes foram barbaramente assassinados pelas elites que não entenderam que o PT era um partido que veio para ficar, para governar o Brasil, mostrar que era possível compatibilizar ideais socialistas com democracia, combinar luta de massa com luta institucional, conviver com as diferenças, combinar a livre iniciativa com as prioridades sociais. Respeitar o mercado, mas entender que deve estar ligado ao bem comum, ao interesse público, como o Presidente Lula acena. Acelerar, crescer e incluir. Desenvolver, crescer, mas distribuir renda. É o que está presente no PAC econômico vinculado às propostas da área social.

Concederei um aparte mais logo, já acertado com o Presidente Tiago Ulisses, ao Deputado Carlin Moura, do PCdoB, até para homenagear seu partido, pois o PT não fez essa caminhada sozinho. E isso o PT aprendeu. O PT não é o dono da verdade; o PT não é o único partido de esquerda; o PT não é o partido que vai fazer a transformação do País de maneira isolada.

Nessa caminhada, o PT teve e tem parceiros importantes. Vejam o nosso companheiro Rodrigues, cujo partido, o PDT, já integrou a nossa chapa presidencial com o saudoso Leonel Brizola. Sou filho de um pai - infelizmente falecido - getulista, brizolista, trabalhista de verdade. O trabalhismo de Getúlio Vargas.

O PDT caminhou e vai caminhar no plano federal com o PT. O PSB, do nosso amigo e companheiro Wander Borges, que ofereceu nosso querido Célio de Castro, em 1992, à Vice-Prefeitura, o qual posteriormente honrou as fileiras do PT.

O PMDB, hoje liderado pelo Deputado Adalcleber Lopes, também integrará a coalizão. Outros partidos, como PCB, PV, PPS, que, ressalvadas as diferenças conjunturais, também estão em um espectro de trabalho de médio prazo no Brasil. O PCdoB, desde a Câmara Municipal, quando o companheiro Sérgio Miranda integrava nosso bloco de Vereadores. Depois, a Vereadora Jô Moraes e o Vereador Paulão. O convívio com a Deputada Jô Moraes na última legislatura, e hoje o PCdoB, integrado politicamente com essa linha de construção de um projeto nacional e popular para o Brasil, tão bem representado nesta Casa pelo Deputado Carlin Moura. Os militantes. O PCdoB é um parceiro fundamental na transformação que o PT vem tentando fazer com tantos movimentos e pessoas de bem em nosso país.

O Deputado Carlin Moura (em aparte) - Querido Deputado André Quintão, querida Deputada Elisa Costa, agradeço a oportunidade de compartilhar de momento tão importante na vida política do nosso país, a comemoração do aniversário do PT.

Queridos colegas Deputados, querido povo de Minas Gerais, a marca do PT e sua grande contribuição para a democracia brasileira, especialmente no período republicano, com sua visão republicana, é a marca da participação popular. Não se constrói um país livre e soberano sem a participação popular. O PT surge dos movimentos populares organizados, do movimento sindical e de juventude. O PT também trouxe uma contribuição importante, porque não se ateve somente a criticar o que estava errado ou a apontar as mazelas e as dívidas sociais que nosso país herdou da elite que nos governou durante muitos anos. O PT apresentou soluções e governou junto com o povo.

V. Exa. lembrou, e não poderia deixar de registrar novamente, a grande experiência da querida Deputada Maria do Carmo Lara, quando assumiu a Prefeitura Municipal de Betim e começou a grande transformação nesse Município operário, com participação popular, presença da comunidade e o Orçamento Participativo.

Meu querido Deputado André Quintão, tive oportunidade de acompanhar a Deputada Marília Campos, que, quando ganhou as eleições em Contagem, encontrou uma cidade desarticulada e destruída, com serviços públicos inoperantes e inchaço da máquina pública. A Prefeita Marília Campos, em dois anos de governo, vem mostrando que, com participação popular, ética e transparência, é possível criar uma cidade melhor para se viver.

Ainda ontem tivemos oportunidade de receber a Prefeita Marília Campos na Sala de Imprensa. Ela tem tido uma participação importante na Frente Nacional dos Municípios, discutindo a participação destes no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC. Ela levanta bandeiras importantes para cada Município do nosso Estado, como a reforma tributária. Defende a importância de os Municípios participarem de uma fatia maior do bolo tributário, pois é onde se opera a cidadania, onde estão a educação e a saúde.

A Prefeita Marília Campos também tem tido importante participação na discussão de um grande projeto a ser implantado, que talvez seja o mais importante e revolucionário do governo Lula: o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico - Fundeb.

Ainda ontem, na sua entrevista coletiva à imprensa, a Prefeita Marília Campos levantou uma questão séria, que diz respeito ao ensino do 2º grau, cuja competência é do Estado. Até hoje muitos Municípios bancam esse ensino do 2º grau sem nenhuma contrapartida do governo do Estado. E a Prefeita Marília Campos veio pedir o nosso apoio, justamente para que, na regulamentação do Fundeb, os Estados sejam obrigados a recompensar os Municípios que já investem nesse ensino, como é o caso do Município de Contagem. Lá, em nossa Fundação de Ensino, Funec, há 11 mil alunos. Trata-se de uma escola de excelente qualidade, que não recebe nem sequer um centavo por parte do governo do Estado.

Deputado André Quintão, é assim que o PT governa: mostrando os problemas e apresentando as soluções. Há também a grande experiência de Belo Horizonte, com o nosso grande amigo Patrus Ananias, que é uma marca de Belo Horizonte e de Minas Gerais, assim como o atual Prefeito Fernando Pimentel, um companheiro que hoje conta com mais de 70% de aprovação do povo de Belo Horizonte e tem grande respeito por Minas Gerais.

Deputado André Quintão, quero trazer um forte abraço do meu partido, o PCdoB, a todos os militantes e companheiros da Bancada do PT. Em tantas lutas, jornadas e trincheiras, estivemos junto a esses companheiros, ajudando a construir o que, sem dúvida, foi nossa maior contribuição a este país. Durante oito ou mais anos, tivemos uma elite neste país, com seus Marechais, engenheiros e sociólogos, a qual pouco enfrentou a desigualdade social e pouco investiu em Minas Gerais. Foi preciso um operário, lá do sertão nordestino, para, em menos de quatro anos, fazer o maior investimento que este país já teve, tanto na área social quanto na econômica.

Ele estabilizou a economia, sem esquecer-se do choque de inclusão social. É por isso que nunca se viu tanto investimento em Minas Gerais como o que ocorreu nos últimos quatro anos: o Programa Nacional de Agricultura Familiar, o programa Bolsa-Família, o programa das moradias populares e os infinitos programas sociais que receberam investimento do governo Lula em Minas Gerais. Agora, o governo Lula traz um desafio à Nação, ao povo e aos trabalhadores: a aceleração do crescimento. Essa é a grande contribuição que o PT, junto com seus aliados, especialmente o nosso querido Presidente Lula, traz à Nação.

Aproveite também a oportunidade em que V. Exa. fala do aniversário do PT, para relatar um acontecimento do qual tive a honra e a oportunidade de participar. Faço questão de relatar esse fato porque a marca do PT é estar onde o povo está, onde a sociedade se organiza. Quero relatar a visita que fiz ao I Fórum das Agendas 21 Locais, que, coincidentemente, foi realizado na minha querida terra natal: Virgolândia. Peço licença para fazer uma breve leitura dos fatos ocorridos naquele evento.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, caríssimos funcionários da Casa, colegas da imprensa, público, querido povo de Minas Gerais que nos assiste. Na sexta-feira passada participei do encerramento do I Encontro Mineiro de Agendas 21 Locais, realizado no período de 7 a 9/2/2007, na minha querida cidade natal: Virgolândia, lá no Vale do Rio Doce.

Infelizmente, em virtude dos trabalhos nesta Casa, não pude participar desde o início, mas confesso: um só dia foi suficiente para constatar a riqueza do evento.

Registro, de antemão, a grande contribuição do Prefeito da cidade, Arnaldo Braga, e de sua Secretária de Educação, que também é uma militante do PT, Anete Nunes, que não mediram esforços para garantir uma receptividade digna de nossa mineiridade.

Apesar do péssimo estado das estradas sob a responsabilidade do DER, que, em pleno século XXI, mais parecem pista oficial do "rally" dos sertões, de tantos buracos e lama, o encontro, ainda assim, contou com presença maciça e diversificada. Contamos com a presença dos Municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Sabará, Ouro Preto, Governador Valadares, Conceição do Mato Dentro, Pompéu, Buenópolis, Pirapora, Varginha, Itabirito, Confins, Oliveira, Morro da Graça, Buritizeiro, Corinto, entre outros.

Estiveram presentes o representante do Ministério do Meio Ambiente, Prof. Sérgio Bueno da Fonseca, que é o coordenador da Agenda 21 brasileira e, entre os palestrantes ilustres, o nosso querido Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Ronaldo Vasconcellos, que tanto nos abrilhantou com a sua palestra.

A Agenda 21 Local é um instrumento de planejamento de políticas públicas que envolve a sociedade e o governo em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais e o debate sobre soluções para esses problemas, através da identificação e da implementação de ações concretas que visem ao desenvolvimento sustentável local. O termo "agenda" foi concebido no sentido de intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização em que predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações.

Além do documento em si, que contém 40 capítulos, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que resulta da análise da situação atual de um país, de cada Estado, Município, região, setor e planeja o futuro de forma sustentável.

O encontro de Virgolândia teve como objetivos o fortalecimento dos processos de Agendas 21 Locais, trocas de experiências e a organização da rede mineira como parte da estruturação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais.

Foram firmados, durante o encontro, compromissos importantes: a formação de um colegiado com representantes das diversas cidades presentes; a realização de reuniões regionais periódicas e dois encontros estaduais por ano, um em fevereiro e outro em setembro; a criação de uma rede estadual de divulgação, entre outros.

A próxima reunião do colegiado ficou marcada para o próximo dia 6 de março, em Betim. A cidade de Betim é a atual coordenadora do fórum pelos próximos seis meses.

Aprovou-se o próximo encontro estadual, a ser realizado na cidade de Varginha, no período de 19 a 22 de setembro de 2007.

Quereria parabenizar todos os participantes, todos os que querem discutir o desenvolvimento sustentável, mas com respeito ao meio ambiente e às nossas potencialidades e características regionais.

Finalizo as minhas palavras, Deputado André Quintão, parabenizando todo o PT. Ainda temos uma grande batalha pela frente. Nem todos os problemas foram resolvidos. Não se resolve o problema de uma nação, as mazelas de um país durante anos governado de costas para o povo, somente em quatro anos. Mas muito se avançou. Temos que avançar mais: em relação ao problema do metrô, da segurança pública, que não é uma questão meramente de legislação, mas de cunho eminentemente social.

E não me venham alguns, com hipocrisia, falar grosso, querendo dizer que resolverão o problema da segurança pública deste país somente com a legislação. O problema da segurança pública deste país se resolve com o Estado cumprindo a sua função social e constitucional, colocando aluno na escola, criando escolas profissionalizantes, cursos técnicos profissionalizantes. Esse é o grande desafio posto para todos nós: para o PT, para o PCdoB, para todos os democratas e amantes da democracia.

Feliz aniversário para o PT e que continue nessa trincheira da democracia e do movimento social organizado. Parabéns ao PT e muito obrigado pela deferência, Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura. Agradeço suas palavras, que partem de um companheiro com larga militância no movimento social e no nosso partido irmão, o PCdoB.

Sr. Presidente, queria dizer, de maneira breve para aproveitar os minutos que nos restam, que o PT tem imensos desafios na atual conjuntura. Sem dúvida, o maior deles é o de ser um partido que tem o Presidente da República, um partido majoritário na coalizão, um partido que tem novamente a responsabilidade, junto com seus parceiros políticos, de governar o Brasil, de acelerar o crescimento e a inclusão social - o que já está acontecendo, como nunca visto antes em nosso país -, assim como de aperfeiçoar nossa própria democracia.

Assim, a agenda política deve ser objeto de reflexões, de ações e de debates pelo Partido dos Trabalhadores. Claro que temos nossos debates internos de organização partidária, de relação com os movimentos sociais, ou seja, nossas legítimas tendências internas. Todavia, acredito que o PT, cada vez mais, deva priorizar os assuntos e as ações mais diretamente relacionadas à população pobre; deva consumir menos energia com divagações, muitas vezes teóricas, e discutir o Brasil aqui e agora; deixar as disputas de poder interno no partido, de escalada na burocracia partidária, e discutir mais as políticas públicas em nosso país.

Acredito que o PT deva restabelecer, de maneira mais efetiva, uma formação política que prepare melhor seus militantes para a ação cotidiana. O PT deve ter uma atenção especial com a juventude. Não há renovação política sem incorporação da juventude nas instâncias partidárias. O PT deve ter cuidado, porque os quadros históricos do partido também se vão alternando e envelhecendo, e as novas gerações podem e devem ocupar os seus espaços.

O PT deve, cada vez mais, interiorizar suas ações e transmitir suas boas experiências de gestão. E aqui, nessa história luminosa do PT, trato com muito carinho da belíssima experiência à frente da Prefeitura de Belo Horizonte, inaugurada por Patrus e Célio de Castro, em 1992, tendo continuidade também com Célio, em 1996 e 2000, e com Fernando Pimentel, já num segundo mandato, também de muito êxito, sucesso e competência.

Belo Horizonte, desde 1992, vem sendo muito bem governada pelo PT e pelos partidos aliados, por meio do Orçamento Participativo, de consultas populares, de políticas públicas sociais, de avanços na política de assistência social, de segurança alimentar, de saúde, de educação, de obras e intervenções viárias, compatibilizando muito bem o social e o urbano, também controlados pelos mecanismos de participação popular.

O PT é isto: um partido que tem o pé no movimento social, mas também um partido hoje com forte presença no Parlamento, na gestão pública municipal, e com o enorme desafio de governar nosso país. Esse é o PT. Esse é o partido que faz parte da história política brasileira e hoje é estudado e reconhecido internacionalmente. Esse partido é feito por homens e mulheres submetidos a uma estrutura política do capitalismo, a uma legislação e a uma história política e eleitoral secular; logo, é um partido que trabalha com as contradições do nosso sistema político.

É muito importante que, no dia-a-dia, cada militante, cada um de nós, do PT - já mencionei as palavras do Bispo Auxiliar D. Joaquim Mol, durante a missa de posse - aceite o princípio da correção. É necessário que cada um faça um exame de consciência e, considerando-se sua responsabilidade, reflita individualmente e coletivamente, sobre como podemos vivenciar no cotidiano os princípios que nortearam nossa carta-compromisso, o manifesto de criação do partido, os documentos partidários, enfim, o sonho que motivou trabalhadores do campo e das cidades, leigos, militantes cristãos, intelectuais e políticos oriundos de partidos extintos pelas ditaduras. O nosso desejo é que essas pessoas possam, com muito brio, dentro de um quadro desfavorável, fazer emergir com força o PT.

A democracia brasileira depende do fortalecimento dos partidos políticos, e o PT sabe disso. Do ponto de vista de política progressista, é fundamental para o equilíbrio político brasileiro um partido com essa característica, ou seja, um partido socialista, de esquerda, que coloca a distribuição de renda, a inclusão social, a emancipação da população brasileira, a soberania nacional, a solidariedade entre os povos e a atenção às questões internacionais no centro de suas prioridades. Para tanto, como disse, busca combinar o perfil transformador de esquerda socialista com o respeito à institucionalidade e à convivência democrática, aceitando a democracia como um valor universal.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, agradeço-lhes a atenção. Deixo um abraço efusivo aos companheiros, às companheiras e aos simpatizantes do PT que se encontram espalhados por Minas Gerais. Agradeço ao Presidente desta reunião, Deputado Tiago Ulisses, a gentileza de conceder-me esse tempo, já que não é todos os dias que um partido político comemora 27 anos, motivo pelo qual me sinto muito orgulhoso. Dos 42 de minha vida, 22 anos - portanto mais da metade - foram dedicados a essa história. O PT está mais vivo que nunca. Partido, partido, é o dos trabalhadores. Obrigado, Sr. Presidente.

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/2/2007

O Deputado Fábio Avelar\* - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, público das galerias, senhores da imprensa, em primeiro lugar, em meu primeiro pronunciamento do meu terceiro mandato, dou boas-vindas aos novos Deputados que vieram somar-se a nós nesta 16ª Legislatura. Desejo-lhes sucesso e um árduo trabalho nesta Casa. Em segundo lugar, agradeço aos eleitores de Belo Horizonte, da Região Metropolitana e do interior do Estado, que, pela confiança em mim depositada, mais uma vez me concederam o privilégio de estar aqui exercendo meu terceiro mandato nesta Casa Legislativa.

Antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, gostaria de fazer um registro e até mesmo uma homenagem a uma pessoa que teve uma passagem muito importante no Estado de Minas Gerais, pois contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento deste Estado nas áreas de infra-estrutura, saneamento e meio ambiente. Refiro-me ao Eng. Emilio Rodriguez, que nasceu no Uruguai em 25/3/34 e faleceu em Washington-DC no dia 3 de fevereiro próximo passado. Em 1957 graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade de Montevideu e concluiu o curso de pós-graduação em Engenharia Sanitária pela Universidade de Delft - Holanda. Até 1976, trabalhou na iniciativa privada e ocupou diversos cargos na área de saneamento do governo uruguaio.

Desde 1977, como gerente do Banco Mundial, trabalhou em toda a América do Sul, África e Europa Oriental. No Brasil, foi gerente de projetos pelo Banco Mundial, por meio do Plano Nacional de Saneamento - Planasa -, em oito Estados brasileiros. Além dos projetos ligados ao Planasa, gerenciou inúmeros outros de saneamento em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. O volume de projetos sob a sua supervisão superou a cifra, no Brasil, de US\$7.000.000.000,00.

Em Minas Gerais, no período de 1992 a 1998, Emilio Rodriguez foi o gerente, por parte do Banco Mundial, de um importante programa do governo de Minas no qual a Copasa teve uma participação excepcional, levando saneamento a centenas de cidades do Estado de Minas Gerais, por meio do Programa de Saneamento de Minas Gerais - Prosam -, projeto no valor de US\$300.000.000,00, que trouxe, entre outros vários benefícios, a erradicação de enchentes em áreas vizinhas aos Ribeirões Arrudas, Onça, Sarandi e Ferrugem, enormes melhorias de tráfego no eixo oeste e norte da Capital e melhoria ambiental em toda a Bacia do Rio das Velhas.

Além de exemplar figura humana, Emilio Rodriguez será lembrado por centenas de amigos, colegas e colaboradores e por qualidades como: extrema seriedade para lidar com a coisa pública; rigor com os benefícios sociais e ambientais dos projetos; elevado espírito de cooperação e flexibilidade para encontrar soluções para problemas e dificuldades.

Emilio Rodriguez, nosso querido colega engenheiro, deixa esposa, duas filhas, netos e netas, todos residentes em Washington-DC. Em nome dos nossos colegas Deputados e em nome da Assembléia, gostaríamos não só de registrar essa passagem, mas também o trabalho desse importante engenheiro para com o Estado de Minas Gerais e - por que não dizer? - para com o Brasil.

Agora gostaria de abordar o assunto que me traz aqui a esta tribuna e que diz respeito ao requerimento que encaminhei à Mesa da Assembléia por meio de seu Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho.

Meu caro colega, Presidente desta sessão plenária, José Henrique, o meu desejo é que se envidem todos os esforços possíveis para solicitar ao Exmo. Governador do Estado que seja retirado o regime de urgência de um projeto que já se encontra em tramitação nesta Casa, portanto pronto para ser votado em 1º turno. Trata-se do projeto que cria as subsidiárias da Copasa. Um projeto bastante complexo e importante.

A partir do próximo dia 6, caso não seja aprovado neste Plenário, por questões regimentais passará a sobrestar a pauta. Então, isso seria muito importante, até mesmo para dirimir várias dúvidas de algumas lideranças políticas que me têm procurado.

Outro aspecto de fundamental importância é que esse projeto já se encontra em discussão há vários meses nesta Casa, desde a legislatura passada, e até hoje não se chegou a um consenso.

Hoje, temos em Plenário a presença de 31 novos Deputados. Pelo fato de ser ex-integrante do corpo funcional da Copasa, tenho sido procurado por alguns colegas que aqui chegaram e pedem esclarecimentos sobre esse importante projeto do governo do Estado que cria a subsidiária da Copasa.

Entendo, assim, ser muito oportuno que o Governador retire o pedido de urgência na tramitação da proposição, para que possibilite maior aprofundamento nos debates. Sabemos também que já existe um ciclo de debates programado para o próximo dia 6 de março, quando teremos oportunidade de discutir esse assunto. No ano passado, realizamos várias reuniões em todo o Estado de Minas Gerais com diversos segmentos da Copasa e constatamos a grande preocupação do corpo funcional da empresa em relação a esse projeto. Fui procurado por vários Prefeitos, que também apresentaram questionamentos. Portanto, seria muito oportuno contarmos com um tempo maior para discuti-lo.

No início deste ano foi promulgada pelo Presidente da República uma nova legislação sobre o saneamento, que, de certa maneira, altera drasticamente a legislação atual. Entendemos que, à luz desse novo projeto, poderíamos também ter oportunidade de fazer uma avaliação da proposta do governo do Estado.

Na semana passada, recebemos em nosso gabinete vários Diretores do Sindágua, sindicato que representa não apenas os trabalhadores da Copasa, mas todos os agentes que lidam com saneamento em Minas Gerais. Nessa audiência eles também demonstraram uma preocupação muito grande com a aprovação do projeto sem que haja um debate maior do tema. Estou sendo porta-voz desses dirigentes sindicais para solicitar ao governo do Estado que permita uma discussão maior por meio da retirada do regime de urgência na tramitação da proposição. Isso seria muito oportuno e interessante.

Como já disse, a proposta poderá solucionar de maneira definitiva a questão do saneamento no Estado de Minas Gerais, principalmente nas cidades com menor poder aquisitivo. Entendemos, porém, que o devido esclarecimento do assunto irá dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir e até mesmo dificultar a implementação dessa subsidiária. Trata-se de um projeto polêmico que foi encaminhado a esta Casa.

Já foi criada uma subsidiária muito importante, aprovada no final da legislatura passada, que é a subsidiária da empresa que cuida das águas minerais do Estado.

Há também um outro projeto, que se encontra em tramitação, referente à irrigação do Jaíba. No nosso entendimento, essa questão das subsidiárias da Copasa que visam a criar empresas para cuidarem das cidades mais carentes ainda necessita de um debate maior.

Por meio do requerimento da Deputada Elisa Costa e do Deputado Mauri Torres, estaremos iniciando um ciclo de debates, que deverá ocorrer no dia 6. Seria importante realizarmos algumas audiências públicas envolvendo diversos segmentos que, de certa maneira, estão incluídos nesse processo. O regime de urgência, se não retirado, poderá dificultar essas negociações.

Esse requerimento foi protocolado anteontem junto à Mesa. Portanto, peço ao Deputado José Henrique que solicite ao nosso Presidente que envide todos os esforços necessários para que o governo do Estado retire o pedido de regime de urgência na tramitação desse projeto, a fim de termos oportunidade de aprofundar o nosso debate.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Parabeno o Deputado Fábio Avelar por essa iniciativa. Essa solicitação vem do Sindágua, das diversas categorias, de muitos Prefeitos e de muitas entidades que gostariam de ter tempo para manifestar-se; aliás, a frente de Minas ligada ao saneamento, o Crea e o Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais - Senge. Essa proposta é oportuna. Integramo-nos nessa discussão. Além

disso, queremos avaliar a possibilidade do ciclo de debates, somando os interesses da Casa e de Minas Gerais para que se criem um plano de saneamento em Minas e o Conselho Estadual de Saneamento.

Repito: essa proposta é muito oportuna. Solicito ao Plenário desta Casa que se some a nós nessa iniciativa. Certamente em março isso será resolvido pela Casa Legislativa. Muito obrigada.

O Deputado Fábio Avelar\* - Sr. Presidente, já finalizarei o meu pronunciamento. Gostaria de agradecer a participação da Deputada Elisa Costa e dizer que estamos num momento importante para a realização desse debate. A nova legislação sobre a questão do saneamento é muito importante, e há vários aspectos que, de certa maneira, mudarão toda a sistemática de atuação hoje no governo do Estado. Então, poderíamos aproveitar essa oportunidade. Contaremos com a realização de um fórum das águas, que também será uma oportunidade ímpar para discutirmos essas questões. Portanto, é importante que a tramitação em regime de urgência seja retirada. Fazemos esse apelo desta tribuna ao ilustre Governador Aécio Neves. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Deiró Marra - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados e telespectadores da TV Assembléia, vimos à tribuna, nesta tarde de hoje, para agradecer e, de certa forma, com muito entusiasmo, dizer da felicidade pela nossa indicação para presidir a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática desta Casa, além da honra do PSB por essa indicação. Sentimo-nos honrados com a participação do PSB porque não só em Minas, como também em outros tantos governos estaduais, ingressamos em um partido em que o ser humano é colocado como prioridade.

Em todas as questões, como visto, o PSB tem uma ligação com o crescimento da ciência, da tecnologia e do aprimoramento da vida humana.

Como integrante desta bancada, queremos dizer da alegria de nossa filiação e, acima de tudo, do companheirismo que pretendemos ter na condução dessa Comissão.

Sr. Presidente, sabemos das lutas que esta legenda enfrentou em diversos Estados no passado, e tem enfrentado, e que o PSB escreve a sua história, com muita dignidade e vivenciando um novo e justo momento. Por esse motivo, sentimo-nos muito honrado por ter sido escolhido, entre os seus membros, para ocupar a Presidência dessa Comissão, momento este em que estaremos juntos com os companheiros e companheiras que estão ocupando outras presidências, bem como os demais membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, fazendo com que este partido se afirme como uma opção de realidade para o nosso Estado.

Agradecemos, sobremaneira, ao passado deste partido, que chegou até aqui como uma legenda de marco histórico, haja vista exemplos como o ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, Dr. Eduardo Accioly Campos, Presidente Nacional do PSB, e Governador de Pernambuco, que, com muita competência, tem realizado um trabalho extraordinário na reestruturação do partido.

Estendemos nosso abraço e nossos agradecimentos ao Deputado Estadual Wander Borges, Líder da bancada, que também não poupou esforços quando era Subsecretário estadual na área de desenvolvimento e assistência social no primeiro mandato do Governador Aécio Neves, fazendo com que o nosso partido desse mostras da sua capacidade. Hoje o PSB ocupa um espaço nesta Casa para mostrar-se não só como um partido firme, mas também de mudança e de renovação.

Estamos cientes dos caminhos que temos de percorrer, Sr. Presidente, principalmente na direção dessa Comissão. Sabemos do trabalho e das dificuldades que temos pela frente na condução de tão relevante comissão como esta da educação e, acima de tudo, do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e do aprimoramento da informática neste momento.

Conforta-nos saber que o Estado possui pessoas de elevado nível de conhecimento nessa área, como a nossa querida Secretária de Estado de Educação, Vanessa Guimarães, e o Dr. Alberto Portugal, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia. Quero externar aqui o meu apoio e o meu abraço especial ao ex-Secretário Bilac Pinto, que, com sua sabedoria, competência e profissionalismo, soergueu a Secretaria de Ciência e Tecnologia deste Estado.

Procuraremos, dentro daquilo que acreditamos, e representando nosso partido na Comissão, desenvolver um trabalho sério, responsável dentro da social democracia, lutando pelas bandeiras que consideramos mais importantes, Sr. Presidente. Acima de tudo, pautaremos-nos pela condução de uma formação educacional e de busca de soluções para problemas tão latentes na área da educação e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Não posso furtar-me a dizer que o nosso Estado avançou, mas que precisa avançar muito mais, haja vista os resultados do Enem, em que, em 2006, caímos, comparando com 2005, apesar de, em nível nacional, Minas ainda continuar na frente.

É preciso despertar não somente para a área de educação, mas também buscar o rumo da ciência e da tecnologia, porque este Estado precisa avançar e caminhar forte e firme no desenvolvimento tecnológico, haja vista a necessidade de o desenvolvimento de pólos tecnológicos no Estado de Minas expandir-se por toda a região. Vamos firmes com o propósito, Sr. Presidente, de trazer para Minas idéias inovadoras para que o avanço tecnológico seja nossa inclusão numa cidade mais avançada.

Não podemos deixar de registrar nossa alegria em presidir essa Comissão - volto mais uma vez a dizer -, mas também sabemos da preocupação com os resultados, que são avaliados por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb -, divulgados recentemente pelo Inep. Como disse, são dados que estão disponíveis para serem consultados por todos nós. O importante é avançarmos rumo a uma nova caminhada, a uma nova jornada e - por que não dizer? - de parceria público-privada também nessa área da educação. Dados esses que demonstram que a queda no desempenho dos alunos, que infelizmente foi o pior índice da década, aponta para falhas latentes. Essas falhas já foram, aliás, debatidas, não por mim, mas por vários Deputados desta Casa, como é o caso da Uemg, que foi debatido por várias comissões realizadas aqui, porém o problema continua latente e sem solução nesta Casa. Espero, neste mandato, caminharmos, quiçá possamos avançar rumo a uma solução definitiva.

A avaliação foi feita. Cumprir o meu dever será apontar as falhas, talvez apontar as soluções e buscá-la junto ao Executivo. Devemos buscar a qualidade do ensino e, acima de tudo, como disse, o avanço tecnológico, pois não acredito mais que a nossa caminhada seja simplesmente educar 1º e 2º graus, mas avançar rumo a um ensino tecnológico.

Sr. Presidente, há uma recente publicação da revista "Veja", nesta semana, que cita um modelo de educação pública no interior do Estado de São Paulo, revelando que alguns Municípios adotam a parceria entre governo municipal e empresas privadas. Ali mostra claramente o que debatia e o que tenho dito, aliás, nos jornais públicos deste país. O nosso objetivo, como homem da iniciativa privada, será sempre o elo de ligação entre o Executivo e a iniciativa privada para que tenhamos soluções que possam realmente canalizar e gerar resultados.



Fica constatado que o desempenho em sala de aula não depende somente de soluções pedagógicas, mas sim da implantação e execução disciplinada de um conjunto de medidas. É necessário criar um ambiente favorável ao aprendizado. Para termos uma educação com qualidade, torna-se até mesmo uma questão de sobrevivência, pois, ao assumir um cargo público, devemos assumir também a responsabilidade de construir um ensino melhor.

Essas expectativas que os governos federal e estadual têm para o plano que se inicia em março, com a nova distribuição do Fundep, estão aí para serem implementadas com essa nova rediscussão do bolo partidário de verbas. Temos de rediscuti-la, temos de novamente focar a melhoria do ensino.

Reafirmo que, nessa Comissão, aberta a todos os membros desta Casa, a todos os companheiros Deputados e a todos os membros que possam encaminhar sugestões e fazer com que o Estado possa crescer e avançar, temos de canalizar nossos esforços não somente na conscientização da educação, mas também no avanço da ciência e da tecnologia, pois acredito que esse é o nosso caminho. Precisamos ter instrumento na área de gestão, da formação e do fomento, para que possamos, sim, fazer com que o Estado acredite e invista na formação e na criação de centros tecnológicos. Tivemos acesso, e vimos, às cifras investidas. Precisamos crescer nesse caminho. Precisamos fazer com que tenhamos valores acreditados.

Buscamos a sintonia com toda a política socialista e, de mãos dadas, buscamos consolidar o anseio da nossa população. E temos muitos companheiros nesse caminho, como aqueles que nos abraçaram nessa caminhada do PSB e todos os partidos pelos quais passamos, como o PL e o PR.

A nós cabe aqui discutir, não pela honra de presidir, mas pela honra de colaborar com o crescimento de Minas pela educação, uma educação, volto a dizer, de 2º grau, profissionalizante, que se traduz em fins específicos, em conhecimentos concretos, uma educação de inclusão. Essa será nossa constante busca, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio\* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, em primeiro lugar gostaria de dar boas-vindas aos nossos colegas Deputados, aos que retornam e aos que chegam pela primeira vez a esta Casa.

Temos discutido há bastante tempo o papel do Parlamento. Essa é uma preocupação nossa. Precisamos urgentemente acordar e assumir nossa função de legisladores. Hoje, todo o mundo, qualquer órgão do governo estadual ou federal, está legislando. Estamos vendo isso e não reagimos. Essa falta de reação do Parlamento talvez advenha de uma falta de reação da própria sociedade, que não tem reagido a nenhum fato novo. Às vezes as coisas acontecem, a imprensa tenta motivar a sociedade a discutir, mas, na verdade, somente duas, três, quatro ou cinco pessoas discutem isso.

Em Brasília está sendo discutido o caso do menino que foi arrastado. A imprensa está alertando, mas a sociedade não reage. Os acontecimentos não têm tanta importância porque "não aconteceu comigo, mas com o outro". Comentam o fato, mas não existe nenhuma reação.

Discute-se a questão da lei penal brasileira, discute-se o nosso processo penal. Na verdade, nossas leis penais são fortes. Nossas leis podem ser mal aplicadas, mas vieram para ficar. Hoje, no Brasil, quando um bandido é pego, paga pelo erro que cometeu porque as leis são severas. Mais severo ainda é o sistema penitenciário. Muitos condenados são tratados como animais.

Hoje iniciou-se uma discussão sobre o fato de que 90% dos ex-presidiários são reincidentes, mas não temos um sistema penitenciário completo que dê aos condenados condições de cumprir com dignidade suas penas. E vemos tudo isso calados. Uma discussão aqui, outra ali. A imprensa publica uma opinião e diz que é opinião pública. Essa opinião publicada tem falado tanto em nosso nome que nos acomodamos. Preferimos que outros falem para que continuemos calados. Vemos essa desmoralização dos Poderes, principalmente do Poder Legislativo, da classe política, dos partidos políticos, e não há reação, talvez por falta de liderança.

E aí conclamamos os novos Deputados, pois precisamos acordar, descobrir novas lideranças. Não podemos ficar dependendo apenas das benesses do Executivo. Não se pode discutir um projeto, porque, se isso ocorrer, o governo não liberará a emenda parlamentar. Com os Vereadores isso também acontece: não podem discutir com o Prefeito um bom projeto municipal, porque o Prefeito não liberará para ele um caminho de cascalho, um saco de cimento ou uma consulta médica. Hoje não discutimos mais projetos políticos, não discutimos mais o que é bom para o povo mineiro e brasileiro, pois nos acomodamos.

Precisamos acordar. Peço-lhes que comecemos a falar para ver se levantamos o nosso ego e para realmente cumprir nosso papel como legisladores. Infelizmente, tanto no Parlamento estadual como no federal, estamos apenas homologando. O Deputado Sávio Souza Cruz, em uma fala irônica, no final da legislatura passada, dizia que poderíamos mudar o nome da Assembléia Legislativa para Assembléia Homologativa. E não é dessa forma que construiremos um Estado, dessa forma omissa como estamos vivendo - e me incluo, apesar de, às vezes, ser mais questionador, nesse comodismo.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nosso constitucionalista, veja os absurdos que esse Marco Aurélio Mello tem feito com o povo brasileiro, principalmente com a classe política. E não vemos reação.

Há 11 anos, votou-se a Lei da Cláusula de Barreira dos Pequenos Partidos. Todos estão cobrando a reforma política, e ela poderia ser o início dessa reforma, mas o Presidente declarou-a inconstitucional depois de 10 anos, ou seja, pela primeira vez, em nosso processo legislativo, votamos uma lei para vigorar depois de 10 anos, mas, quando iria entrar em vigor, foi declarada inconstitucional.

Esse mesmo Presidente quis questionar o seu salário, comparando-o ao dos Deputados, e não houve nenhuma reação do Congresso Nacional. Aí começa a desmoralização do Parlamento. Naquele momento, o Presidente da Câmara Federal ou o do Senado não poderia ter abafado o caso e dizer que nada havia acontecido. Não puderam questionar, Deputado, alegando que poderiam criar um embate entre os Poderes.

Entretanto, precisamos ter esse embate sim. Não podemos permitir que o Ministério Público continue fazendo o que está fazendo em nosso país, principalmente no Estado de Minas Gerais. O Promotor manda mais que os Poderes. Existem alguns que estão legislando, como é o caso daquele que proibiu a venda de bebidas no Mineirão. Mas, se questionamos o fato de ele ter proibido, diz que não proibiu, apenas sugeriu.

E os donos do Mineirão - ele tem donos que não o Estado: alguns funcionários -, devido a brigas internas de concessão de direitos dos bares, aceitaram. Agora estão questionando. Estamos vendo isso acontecer pacificamente.

O Deputado Gustavo Valadares quer fazer esse debate. Não estamos discutindo se a bebida fez bem ou mal. Apenas questionamos essa proibição vinda de um Promotor.

Disse ao Zezé Perrella que, se não reagirmos, daqui a alguns dias, um Promotor chegará até ele, que hoje é nosso companheiro aqui, e dirá que não poderá vender ou comprar o jogador porque ele é ruim. E ele terá de acatar.

Precisamos acordar para isso. Não podemos permitir que qualquer órgão baixe portaria ou resolução com poder de lei. Isso está acontecendo porque nós, do Parlamento, estamos permitindo. Temos de enfrentar a situação.

No final do ano passado, ocorreu um fato que a maioria dos Deputados fingiu não ter acontecido. Aqui esteve uma delegação de Pequi, minha cidade, perto de Pará de Minas, para fazer uma manifestação pacífica, uma vez que houve, por parte do Tribunal de Justiça, o arresto de todos os recursos da Prefeitura, que está inviabilizada até hoje. E a polícia veio aqui, na porta do Parlamento, para impedir que entrassem, e ninguém reagiu.

Cobrei uma atitude do Presidente Mauri Torres, pois, se eu estivesse na Presidência da Casa, ela estaria fechada até hoje, enquanto os que enviaram a polícia não tivessem sido afastados pelo Sr. Governador.

E ninguém falou nada, aceitamos. Estamos vivendo um momento pior do que o da ditadura militar. Todos fazem as coisas e vão em frente, todos falam, e falam principalmente em nome do nosso Parlamento.

Faço um alerta aos nobres colegas Deputados: precisamos mudar essa lógica, só podemos ser do Parlamento se estivermos submissos e omissos aos interesses do Executivo. Não construiremos um caminho pavimentado para o nosso Governador se não reagirmos. Não há reação, as coisas acontecem de qualquer forma, há omissão da nossa parte, preferimos fechar os olhos e fingir que não estamos vendo nada.

Falando do esporte novamente, houve recentemente o episódio no campo do Villa Nova. O que aconteceu foi um absurdo. Não vimos torcedores criando problema, vimos a polícia criando problema. Está certo que não foi toda a polícia, mas aqueles que estavam lá passaram dos limites. Sabem por que passaram dos limites? Porque o nosso Estado está sem limite. Todos perderam o senso de limite. Por várias vezes denunciei isso na legislatura passada. Parte do governo, a assessoria do Governador está perdendo o senso de limite pela omissão da Assembléia Legislativa, pela nossa submissão. Da forma que está sendo conduzido, não estamos construindo um Estado importante, um Estado que possa dar exemplos ao nosso país. Esse é o alerta.

Está certo que é em nível federal, mas há a questão do TSE. Poderíamos aqui fazer um grande movimento contra as atitudes do Presidente do TSE. Ainda sobre a questão do TSE, Deputado Ademir Lucas, o Presidente ainda toma uma decisão contra a legislação, a do fundo partidário, dando dinheiro para os pequenos partidos que ele acabou de ressuscitar. Ele tinha algum interesse nisso. E nós, da classe política, não reagimos, o Congresso Nacional não reage. A maioria dos que se encontram no Congresso Nacional estão preocupados em fazer negócios, não em fazer ou discutir política. Como exemplo, o nosso partido, o PMDB, está mais preocupado em assumir ministério do que discutir um projeto político do Presidente Lula.

Quanto ao PMDB, eu tenho chamado a atenção, lá em Brasília, não podemos ficar nessa lógica apenas de ocupar os cargos que o governo quer dar ao partido. Tínhamos que ter responsabilidade de discutir um projeto para o nosso País. Ele está precisando que a classe política assuma o seu papel e desenvolva projetos políticos.

O governo lançou o PAC, que, na verdade, é muito mais "marketing" do que um projeto político. Quando o governo fala em fazer investimentos de um valor altíssimo, é baseado em investimentos do setor privado.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, complementando as considerações feitas a respeito da usurpação de funções de um Poder pelo outro, gostaria de lembrar a V. Exa., que citou o TSE, especificamente o Ministro Marco Aurélio Mello, que anteriormente o TSE, usurpando os poderes do Congresso Nacional, fez aquela malfadada e indevida intervenção. Alterou a seu bel-prazer a legislação eleitoral, no ano eleitoral, e reduziu o número de composição das Câmaras de Vereadores. Uma resolução interna do TSE. Ou não foi?

O Deputado Antônio Júlio\* - Esse e outros absurdos foram questionados aqui várias vezes. Mas a classe política, Deputado Ademir Lucas, mais uma vez ficou de cabeça baixa, e nós fingimos que nada estava acontecendo. Esse é o grande problema que vem acontecendo. Quando se fala de Congresso Nacional, meia dúzia dos que comandam tanto a Câmara como o Senado estão altamente vinculados a outros interesses que não os da Nação brasileira. Por isso o Brasil passa por dificuldades. Estamos passando por dificuldades de identidade. Não se fala mais em política. Digo isso com muita tristeza, com coragem e com o coração, minha cara Rosângela. Tive oportunidade de falar ao Renan e ao Sarney, em uma reunião no Senado, que a política em Brasília está dando nojo. E esse nojo de Brasília atinge a todos nós. Dizia a eles que não havia preocupação com a política nem com o nosso país, mas apenas com os negócios que podem ser feitos. Isso é duro e triste de falar. É triste porque vim do movimento revolucionário, enfrentei a ditadura, como o fiz agora, quando a ditadura do governo me tentou derrotar politicamente. Foi pior do que enfrentar a ditadura militar. Tivemos uma boa classe política, e hoje as coisas pioram a cada dia. Pioram por nossa culpa, pois precisamos reagir, precisamos dizer um basta.

Presidente José Henrique, queremos fazer essa discussão, que é dolorida. Vamos mexer em nossa ferida, mas precisamos assumir esse papel. Nosso Presidente, o Deputado Alberto Pinto Coelho, está disposto a criar uma comissão para discutir o pacto federativo. Este não trata apenas da distribuição dos impostos, mas também inclui a discussão política dos projetos, do papel do Parlamento, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal do Contas. Afinal, ninguém sabe quem manda neste país. Todo o mundo legisla, fiscaliza, e está essa balbúrdia. Ninguém faz nada, ninguém quer enfrentar, todo o mundo acomodou na linha do ficamos-como-está-para-ver-como-fica.

Não é essa a forma com que construiremos o País que desejamos para nossos filhos e netos. Deixo meu alerta. Espero que na discussão do pacto federativo possamos debater essas mazelas de outros Poderes que têm usado o Parlamento para atingir seus objetivos.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Saúdo a Mesa na pessoa do Deputado José Henrique, a quem parabeno por compor essa equipe; cumprimento Deputadas, Deputados, envio um abraço a nossa querida amiga que chega neste momento e pertenceu à Bancada do PT, Maria Tereza; Minas Gerais, a TV Assembléia e os servidores.

Em relação à fala do Deputado Antônio Júlio, cabe a todos que assumimos a vida pública, a vida política, a responsabilidade da representação popular de dar nossa contribuição, nosso exemplo, fazendo a política com dignidade, respeitando a população, fazendo crescer a cidadania, os direitos sociais, ou seja, fazendo da política um ideal de vida, de presença e de compromisso. Um serviço para a classe trabalhadora, para todas as pessoas, um compromisso coletivo com a sociedade. Dessa maneira entendemos um mandato que represente interesses e anseios do povo de Minas Gerais e do povo brasileiro.

Por essa razão, considero que há uma infinidade de pessoas sérias na política, nos mandatos, comprometidas com os princípios da igualdade, da justiça social e, principalmente, com os anseios da maioria da população. Fazer política com seriedade e mudar do ponto de vista ético a

visão que a sociedade tem de nós depende muito da forma como conduzimos o nosso exercício parlamentar e, principalmente, a transparência que exigem os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Mas vim a esta tribuna refletir sobre a proposta da Campanha da Fraternidade de discutir a Amazônia. Nós, que fazemos parte da comissão que trata da questão ambiental em Minas Gerais, especialmente ao longo da Bacia do Rio Doce, acreditamos que é importante discutir o significado das mudanças climáticas e ambientais por que passa o mundo, cujas conseqüências já percebemos no nosso cotidiano no Brasil. A "Carta de Minas" publicará onde estão os maiores problemas ambientais no Estado, depois que a ONU apresentou ao mundo o relatório global, o qual prevê um aumento gradativo da temperatura em torno de 3° C, uma subida do mar entre 18cm e 59cm, ondas de calor mais comuns e intensas, tempestades, desabamentos mais freqüentes, seca em lugares onde antes havia mais chuva, como no Sul do Brasil, e uma intensidade maior de chuvas, como no Nordeste e no Sudeste. Esse impacto do aquecimento deve-nos preocupar porque atinge diretamente todas as populações, especialmente as mais pobres. Nas regiões mais pobres, como Norte de Minas, Mucuri, Jequitinhonha e Nordeste brasileiro, o aquecimento tende a ser maior.

Deixo essa reflexão acerca da questão ambiental. Devemos fazer mudanças no cotidiano por meio da educação ambiental nas escolas, nas reuniões de comunidades e nas nossas audiências para que possamos reduzir o impacto mundial dessas mudanças. Devemos ter uma prática cotidiana de preservação ambiental e luta contra o desmatamento, principalmente ao longo das bacias do Rio Doce e do Rio São Francisco, cuidando dos nossos rios e das matas ciliares, protegendo nossas nascentes, recuperando e mantendo a mata atlântica de Minas Gerais, onde há apenas 30% de mata remanescente, e formando uma nova geração que cuide do presente e projete para o futuro uma vida melhor e um ambiente mais saudável para toda a população.

A Campanha da Fraternidade nos leva a refletir sobre a Amazônia, mas também sobre Minas, que é a caixa d'água do Brasil, enquanto a Amazônia é o pulmão do mundo, com sua biodiversidade, riqueza da fauna e da flora, e com a luta pelo desmatamento para que possamos ter um ambiente mais saudável no Brasil e no mundo. E os países mais ricos são exatamente os que precisam cuidar para poluir menos o mundo, e que isso interfira em países como o Brasil e outros.

Essa reflexão sobre a Amazônia como um centro estratégico ambiental do Brasil e do mundo soma-se à reflexão sobre Minas Gerais, com o cuidado ambiental que merece.

A Campanha da Fraternidade será lançada no dia 21 de fevereiro, Quarta-Feira de Cinzas, e no dia 22 em Belo Horizonte.

Então, que essa reflexão da Amazônia, trazida para a experiência de Minas Gerais, possa contribuir para a nossa mudança de atitude, de comportamento, de como ver - de forma diferenciada - o mundo e as relações humanas, e estabelecer novas relações com cuidado ambiental.

Quero também fazer um comentário, pois a maioria dos Deputados sabe que sou de Governador Valadares. Foi anunciado repasse de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento. Não considero esse plano como "marketing", acredito que, de fato, trata-se de um primeiro planejamento organizado de país que começa a pensar o crescimento, reunindo as energias nacionais, os recursos públicos e os privados - nenhum crescimento se faz sozinho.

O Estado brasileiro deve ter o papel de indutor do desenvolvimento. Portanto deve recuperar esse papel para que possa contribuir com a promoção do desenvolvimento. A partir daí, deverá somar esforços com a iniciativa privada e com todos que possam contribuir para que tenhamos um país que cresça 5% ao ano. Esperamos que, cada vez mais, haja redução de juros; que o Estado invista em políticas públicas que, de fato, gerem emprego, renda e novas possibilidades, especialmente para a nossa juventude, para os pobres e para a classe trabalhadora. Queremos um país digno, cujos direitos sociais sejam garantidos a todos.

Em março, o Presidente Lula lançará o Plano da Cidadania, que se somará ao Plano de Aceleração do Crescimento, que tem a ver com rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento e habitação.

É a primeira vez na história que, em quatro anos, teremos R\$40.000.000.00 para serem investidos em saneamento básico - somando-se água, esgotamento sanitário, drenagem e destinação dos resíduos sólidos, que são o lixo. Trata-se de um investimento muito grande no País, somando-se também as energias da nossa classe empresarial e da iniciativa privada.

Estou levantando essa questão do Plano de Aceleração do Crescimento, porque faremos um grande debate nesta Assembléia. Já propusemos a realização desse debate com a presença de Secretários nacionais e Ministros, para que Minas, por meio dos Deputados, aqui na Assembléia, possa posicionar-se diante do PAC. Queremos sempre mais recursos.

Quero deixar aqui uma referência importante: todas as semanas, vou a Governador Valadares, na maioria das vezes, de ônibus, e vejo a dificuldade do trânsito da BR-381 e a importância da duplicação dessa BR, que vai desde Betim até Governador Valadares. A BR-381 precisa não apenas da adequação que lhe foi feita agora, mas principalmente da sua duplicação, para garantir e proteger a vida de tantos cidadãos e tantas cidadãs que lá transitam. As demais vias do Estado de Minas Gerais também precisam de cuidados, duplicações e recuperações.

Portanto, deixo aqui essa lembrança. Além dessa estrada que será duplicada, tantas outras em Minas receberão recursos do governo do Presidente Lula.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Quero parabenizar a nossa Líder, Deputada Elisa Costa, e aproveitar para comunicar que o nosso trecho da BR-135, de Itacarambi, Manga e Montalvânia até a divisa com a Bahia, bem como o trecho de algumas cidades baianas e maranhenses foram contempladas no PAC. Recebi essa notícia hoje. Foram destinados R\$635.000.000,00 para resolver um problema que há anos se arrasta: aquele trecho da BR-135. O nosso trecho é o único da BR que não é asfaltado, na divisa de Minas com a Bahia. Essa ação beneficiará sete cidades, mais de 150 mil habitantes. Lá não há estrada nenhuma. A BR-135, naquele trecho, acabou. Desde a edição da medida provisória do governo Fernando Henrique, o governo do Estado abandonou aquele trecho.

Houve uma briga de quem seria a estrada. Ela foi estadualizada pela Medida Provisória nº 82.

São quase cinco anos sem passar uma máquina, sem manutenção alguma. As cidades de Montalvânia, Juvenília e São João das Missões estão ilhadas. O ônibus foi cortado, assim como o carro do leite. A boa notícia é que a estrada foi incluída no PAC, e haverá recursos não só para consertá-la, mas para asfaltar todo esse trecho, que será muito importante para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Parabéns, Deputado Paulo Guedes, pela luta no Norte de Minas. Parabenizo ainda muitas lideranças que lutaram, ao longo dos anos, para garantir essa estrada, que é fundamental para a região.

Registro também que a duplicação da BR-381, que vai de Belo Horizonte, passa por toda a região do Vale do Aço e chega a Governador

Valadares, é uma grande conquista da sociedade, dos movimentos organizados, das diversas administrações. O sentimento e a sensibilidade do governo Lula estão presentes em Minas Gerais concretamente por meio das ações do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Por fim, deixo nossa solidariedade às crianças e aos adolescentes. A trágica história ocorrida no Rio de Janeiro com o nosso menino João soma-se à de tantas outras crianças e adolescentes. Diante disso, precisamos dispor de política pública de prevenção, de cuidados, de atendimento, para implantarmos verdadeiramente o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não nos podemos ater apenas a um debate de redução de maioridade. O grande debate passa por políticas de proteção às crianças, aos adolescentes e à juventude, responsabilidade dos Municípios, dos Estados e do governo federal, para que possamos ter crianças na escola em tempo integral, adolescentes em áreas de lazer, e não cumprindo pena.

Sabemos que os presídios não recuperam e não ressocializam, em sua maioria, os presos. É preciso rever o sistema penitenciário, trabalhar a ressocialização dos presidiários e principalmente ter um cuidado especial com a juventude, com a criança e com o adolescente, trabalhando a prevenção de crimes. Precisamos de políticas públicas que visam cuidar da família, da presença da criança e do adolescente na escola e nos espaços de cultura, esporte e lazer, para que possamos ter uma vida com mais dignidade.

Então, às mães e aos familiares de todos que têm sofrido, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em todas as cidades, a violência crescente, que atinge especialmente a juventude e a adolescência, apresentamos o nosso compromisso de cuidar da legislação e principalmente das responsabilidades. Mais do que nunca, devemos cuidar dos conselhos tutelares, equipando-os, a fim de garantir os direitos da criança e do adolescente com políticas públicas eficientes e eficazes. Precisamos, portanto, trabalhar a prevenção.

Esperamos que, quando os adolescentes infratores estiverem nos centros de internação - existem vários em Minas Gerais -, haja de fato a ressocialização, para que a juventude possa novamente conviver em sociedade, totalmente recuperados, enfrentando seu cotidiano.

Deixamos aqui essa solidariedade e a preocupação profunda com o fato de que a sociedade e os governos, enfim, todos nós precisamos cuidar das crianças, dos adolescentes e da juventude.

Um abraço a todas as mães, a todas as famílias que têm vivido diretamente essa onda de violência. Trataremos essa questão no plano das políticas públicas, comprometendo-nos a lutar por mais recursos para a juventude. Muito obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Miranda\* - Obrigado, Sr. Presidente. Creio que não gastarei sequer os 10 minutos. Colegas Deputados e Deputadas, senhores e senhoras da imprensa, servidores da Casa, amigos que nos acompanham das galerias, o que me traz a esta tribuna é a necessidade de também prestar solidariedade à família do pequeno João, como já o fizeram vários e várias colegas.

Estamos vivendo um momento muito delicado, e o que falo não é nenhuma novidade. Os fatos mostram, nobre colega Deputado Wander Borges, que estamos chegando a um nível crítico, em termos de sociedade, quando somos projetados para o mundo com imagens como aquelas que marcaram os últimos dias do Rio de Janeiro, Estado que tem sido palco de tanta violência e de tantas cenas de barbárie.

Neste momento há o começo de uma discussão. A sociedade e os poderes são mobilizados para o debate da redução da maioridade penal. Lembro, mais uma vez, que, no episódio do Rio de Janeiro, dos cinco envolvidos, quatro eram maiores. Só havia um menor. Essa discussão tende a ser longa, e minha preocupação está exatamente no prolongamento da discussão porque, enquanto se discute, não são apresentadas soluções.

Trago à memória dos senhores versículo de um sábio político, que já citei desta tribuna na primeira oportunidade que aqui estive. Refiro-me ao Rei Salomão, que, no livro de Provérbios, no Capítulo 22, Versículo 6, escreve: "Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, quando ela for velha, não se desviará dele".

Percebo - como pai, parlamentar e pastor - que temos cometido, ano após ano, o mesmo erro: continuamos tratando do efeito, e não da causa. Gastamos rios de dinheiro na tentativa de recuperar e devolver à sociedade homens e mulheres ajustados. Todavia, temos conseguido exatamente o contrário, isso porque, a começar pela educação, fazemos um investimento invertido, de certa forma até errado, valorizando muito o ensino superior e pouco o ensino de base.

Enquanto não houver uma inversão, ou seja, enquanto não fizermos o que a Coréia fez na década de 60, Deputado Sávio Souza Cruz, que é professor e conhece muito bem o problema, não obteremos êxito. Na década de 60, as histórias do Brasil e da Coréia se bifurcaram. Tínhamos uma história muito parecida em todas as áreas, até possuíamos o mesmo PIB. A Coréia optou por investir na educação de tal maneira que um professor na Coréia não pode sequer pensar num segundo emprego, tão bem remunerado é em sua nobre função de ensinar.

Entretanto, tomamos outro caminho e, passados mais de 40 anos, quando analisamos o cenário mundial, percebemos que a Coréia já está nele inserida, há muito tempo, como um dos tigres asiáticos, com uma economia forte, enquanto nós continuamos, de certa forma, patinando na área da educação.

Quando se fala da redução da maioridade penal, fico preocupado.

Ontem fui abordado por um profissional da imprensa que me perguntou se eu era a favor da pena de morte. Respondi-lhe: de forma alguma. Não acredito que a pena de morte trará a solução para esses problemas. Aliás, aprovarmos tal pena no Brasil é o mesmo que apresentarmos nosso atestado de incompetência para resolvermos o problema na base. Ou seja, isso não serve para a sociedade, pois matar não resolve o problema. Se optássemos pela pena de morte, estaríamos, como já disse, apresentando nosso atestado de incompetência. Como pastor, não posso ser a favor da pena de morte. Ademais, essa não é uma questão de cunho religioso ou teológico, mas de bom-senso.

No tocante à diminuição da idade penal, sabemos perfeitamente que hoje o menor é instrumento de trabalho a serviço do crime. O que estou falando não é novidade. O infrator, o criminoso mais velho usa o menor na prática de crimes porque sabe que ele ficará preso por, no máximo, três anos. O que acontecerá se diminuirmos a idade de responsabilidade penal? Outra vez falarei algo que é óbvio e não constitui nenhuma novidade. Se isso acontecer, os bandidos não se utilizarão mais dos jovens de 16 anos, mas dos de 15. Se baixarmos a idade para 15 anos, passarão a se valer dos de 14 anos, e assim sucessivamente. Dessa forma, daqui a pouco serão utilizados os seres humanos que se encontrarem no ventre. Aliás, infelizmente isso já acontece, pois não raro vemos recém-nascidos nos sinais usados como instrumentos da "esmolagem".

Portanto, não acredito ser essa uma solução. Querido colega e companheiro de bancada, Deputado Sávio, nobre Presidente e companheiro de bancada, Deputado José Henrique, tenho uma só preocupação. Receio que o problema permaneça no terreno de uma discussão que se arraste,

prolongue-se, sem se chegar a uma solução de fato.

Acredito que não será preciso inventarmos moda, reinventarmos a roda. Isso tem sido recorrente. Precisamos contar com investimentos na base. Se isso acontecer, certamente modificaremos o futuro dos nossos jovens e, portanto, do nosso país e da nossa história.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Caro colega de bancada, Deputado Vanderlei Miranda, faça esse singelo aparte com o objetivo de cumprimentá-lo pela iniciativa e pela lucidez de seu pronunciamento. Faça-o não só em meu nome, mas também em nome do Líder, Deputado Adalcleber Lopes, do Vice-Líder, Deputado Gilberto Abramo, enfim, em nome de toda a nossa bancada.

Há pouco tempo convivemos com V. Exa., mas esse curto período tem-nos sido altamente enriquecedor, considerando-se tanto a sua pessoa quanto o seu ponto de vista político. Então, cumprimento-o não só pelo seu pronunciamento, mas também pela eleição à Presidência da Comissão de Turismo desta Casa. Estou certo de que seu brilhantismo, sua inteligência e o compromisso que tem com o futuro do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o bem comum dos mineiros, serão da mais alta valia para a Assembléia e para o Estado. Parabéns.

O Deputado Vanderlei Miranda\* - Obrigado. Para concluir, Sr. Presidente, farei referência ao que disse o Deputado Sávio em relação à eleição da Comissão de Turismo. Na verdade, a citada Comissão não é só de Turismo, mas também de Comércio, Indústria e Cooperativismo, daí a sua importância. Tenho certeza de que essa Comissão, cujo Vice-Presidente é o Deputado Bráulio Braz, dar-nos-á condições para discutirmos os vários assuntos da sociedade. Cito ainda como membros os Deputados Zezé Perrella, Eros Biondini e Cecília Ferramenta, com os quais terei o privilégio de trabalhar. Certamente eles darão uma preciosa contribuição aos trabalhos da Comissão. Acredito que poderemos fazer um trabalho de ótimo nível, considerando-se, principalmente, que o turismo faz parte do projeto do Governador Aécio Neves. A Secretária de Turismo tem declarado que fomentará o turismo em nosso Estado.

Queremos ser o suporte para que o turismo, principalmente o turismo de negócios em Minas Gerais de fato corresponda às expectativas.

Nosso diário oficial traz hoje uma notícia muito interessante acerca de uma pesquisa feita no Rio de Janeiro com os moradores desse Estado sobre sua preferência por locais onde passar férias, e Minas Gerais tem sido o destino da grande maioria dos fluminenses que buscam outro local para momentos de lazer. Isso nos dá a certeza de que, em conjunto, podemos realizar um ótimo trabalho. Eram essas as minhas palavras. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, TV Assembléia, meus amigos e minhas amigas, tive oportunidade de participar, na tarde de ontem, da sessão especial promovida pelo egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais em comemoração do centenário de nascimento do advogado e professor Raymundo Cândido, em concorrida solenidade presidida pelo Presidente dessa Corte, Desembargador Orlando Adão Carvalho, e que teve como orador oficial o eminente Desembargador José Tarcízio de Almeida Melo.

Diante da magnitude do momento, que enalteceu o testemunho de uma vida devotada ao Direito na sua mais ampla extensão, senti-me no dever de promover este registro nos anais desta Casa, a fim de que o Legislativo mineiro também tenha o privilégio de comungar, ainda que singelamente, dessa homenagem à memória de um grande cidadão de Minas, que, na síntese objetiva do Desembargador Orlando Adão, foi "um homem de bem".

Na realidade, essa síntese tem a presidi-la o exemplo de vida, de caráter e de dedicação ao trabalho, marcas acentuadas que sempre cingiram a aura iluminada do Prof. Raymundo Cândido.

Tive o privilégio de testemunhar o trabalho denodado do Dr. Raymundo Cândido em defesa de seus colegas advogados, quando estive à frente da seção mineira da OAB, no período de 1975 a 1979, ocasião em que se reafirmou, de forma franca e clara, um dos maiores defensores da liberdade e da dignidade humana.

Como professor, foi incansável na missão de sublinhar aos seus alunos as mais elevadas lições de apreço à honra e à ética.

Como pai, soube transmitir à família profundos sentimentos de respeito e amor ao próximo, qualidades que são sempre ressaltadas com vibração por seu ilustre filho, Raymundo Cândido Júnior, atual Presidente de nossa OAB mineira, o qual dignifica sobremaneira o legado paterno.

Enfim, ao fazer este breve registro, quero mais uma vez valer-me, com a devida vênias, do pronunciamento do Desembargador Orlando Adão, que lembrou as seguintes palavras de Pe. Vieira: "Ter nome de pregador, ou ser pregador de nome, não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras são as que convertem o mundo. O melhor conceito que o pregador leva ao púlpito, qual cuidais que é? É o conceito que de sua vida têm os ouvintes".

Sem dúvida, o exemplo de vida do Prof. Raymundo Cândido contribuiu decisivamente para a formação de inúmeros discípulos, especialmente entre os lidadores do Direito, o que sobreleva a justeza da homenagem prestada pelo Judiciário mineiro na tarde de ontem, à qual acredito o Legislativo mineiro também empresta sua irrestrita adesão.

Aliás, Sr. Presidente, gostaria de aproveitar o ensejo para saudar o oportuno artigo da lavra do eminente Presidente do Tribunal de Justiça, Orlando Adão Carvalho, publicado no último dia 9 no jornal "Hoje em Dia", intitulado "O Poder Judiciário à luz de Bobbio e Dallari". Peço vênias a S. Exa. para reproduzir aqui alguns trechos de seu artigo:

"Como fazer do Judiciário uma instituição que possa tornar mais iguais os desiguais? Cremos que o primeiro passo é ver, por detrás das folhas frias do processo, o cidadão que ali está, com seus anseios e o ávido de justiça. Ver, em cada ação, a dor e a amargura humana, a última esperança de alento e conforto por parte daqueles que recorreram à Justiça.

E, vendo a pessoa humana, nossa maneira de atuar será afinada com essa realidade."

Nessa hora em que a comção toma conta de todo o País, a convocar-nos para uma caminhada decidida em busca da paz social, a disposição revelada pelo eminente Presidente da mais alta Corte mineira, sem dúvida alguma, é uma demonstração de equilíbrio e de lucidez, tão necessários ao enfrentamento dessa grave questão que assola todo o Brasil.

Na verdade, S. Exa. ponderou, com muita propriedade, a imperiosa necessidade de fortalecimento do Poder Judiciário como fundamental para a consolidação do Estado Democrático de Direito. E, se desejamos concretamente a vigência desse Estado Democrático, devemos estar avisados

de sua absoluta incompatibilidade com o atual quadro de violência e criminalidade que intimida os cidadãos de bem deste país.

É hora de decidida reação! Não podemos simplesmente acomodar-nos e ignorar o clamor que nos vem de todos os lados, de nossas pequenas e grandes cidades, das famílias, enfim, do povo mineiro e brasileiro, que não suporta mais apenas o discurso de ocasião e o declínio de responsabilidades.

As instituições, em especial o Judiciário, precisam estar munidas de instrumentos eficazes de repressão e de resistência à criminalidade, pois, ao contrário disso, irá faltar-nos, a todos nós, indistintamente, trincheira para combater a violência, a ação implacável e desumana de criminosos e de grupos organizados para o crime.

Assim, Deputado Doutor Rinaldo, é preciso assegurar ao Poder Judiciário o exercício, sem percalços, de seu papel central no equilíbrio social e na harmonia da Nação, única alternativa capaz de nos conduzir ao destino de paz e de justiça, elementos que devemos cultivar como princípios basilares e permanentes, fiadores da estabilidade institucional, da superação dos conflitos e da segurança da família brasileira.

Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, ilustre Deputado Sebastião Helvécio, com a mesma reflexão de V. Exa., sempre com sua postura ética e preocupação com a paz social dos mineiros. Temos certeza absoluta de que esta Casa não haverá de fechar suas portas, fazendo com que essa caixa de ressonância também contribua de maneira eficaz e vigorosa na condução da dignidade humana e, particularmente, na paz social dos mineiros. Tenho certeza absoluta de que muito podemos fazer por meio de discussões e enfrentamentos, de acordo com os códigos que temos e são reinantes, para disciplinar o sistema penal do Brasil. Podemos afinar os nossos discursos e oferecer aos mineiros, acima de tudo, uma garantia e uma qualidade de vida, aquela que precisamos. O Parlamento mineiro não deixará também de discutir, de refletir e de contribuir para esse processo importante, contra a violência que assola diariamente os nossos filhos e a nossa família.

Peço a Deus que abençoe o Parlamento mineiro e as famílias do nosso Estado, para que essas violências do dia-a-dia possam ser descortinadas com o fazer do bem, a tranquilidade e, acima de tudo, dias melhores, de que precisamos. Essas são as nossas ponderações. Muito obrigado, ilustre Deputado Sebastião Helvécio.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/2/2007, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/2/2007, que nomeou Ana Carolina Valle de Castro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 8/2/2007, que exonerou Ana Carolina Valle de Castro do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Maria Liliane Monteiro do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Maria Socorro de Fátima Monteiro de Brito do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Andreza Morais Alves de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Maria Socorro de Fátima Monteiro de Brito para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

nomeando Geovane Aparecido Batista para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Maria Liliane Monteiro para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Constituição e Justiça.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Brisa Locadora Ltda. Objeto: locação de veículos a gasolina, com motor 1.6 e com motor 2.0 pelo sistema de diárias, sem motorista, com quilometragem livre para cada diária, incluindo seguro total por conta da contratada, sem ônus da franquia para a contratante. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação contratual, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 23/2/2007. Dotação orçamentária: 33903900.

## ERRATA

### PROJETO DE LEI Nº 98/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 2.073/2005)

Na publicação do documento em epígrafe, verificada na edição de 17/2/2007, na pág. 51, col. 1, no despacho, onde se lê:

"- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Jésus Lima. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.072/2005, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.", leia-se:

"- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Weliton Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 79/2007, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno."